

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Direito**



**Da Competência Material**  
**quanto às 'Acções' Pendentes e Propostas após Declaração de Insolvência**  
**face ao Acórdão Uniformizador n.º 1/2014**

**Cristina Maria da Silva Penim**

Dissertação

Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

**2019**

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Direito**



**Da Competência Material**  
**quanto às 'Acções' Pendentes e Propostas após Declaração de Insolvência**  
**face ao Acórdão Uniformizador n.º 1/2014**

**Cristina Maria da Silva Penim**

Dissertação

**Orientada pelo**  
**Prof. Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto**

Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

**2019**

## **Dedicatória**

À família e amigas/os, e a todas/os que, de uma forma ou outra,  
desprendidamente nos protegem e apoiam,  
e simultaneamente, modificam, fazem questionar, e sobretudo, enriquecem.

## **Agradecimentos**

Ao Exmo. Prof. Doutor Rui Pinto, Ilustre Orientador,  
pela sua disponibilidade, cooperação e apoio, exemplares e incomensuráveis,  
à Exma. Directora Executiva Cláudia Madaleno,  
ao Exmo. Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas,  
à Exma. Doutora Maria José Abreu,  
à Exma. Doutora Sofia Soares, à Exma. Manuela Mouta, e à Exma. Maria João Costa,  
todos/as da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## **Epígrafe**

*“Legibus omnes servi sumus ut liberi esse possimus”*  
Das leis, todos somos escravos, para que possamos ser livres.

Cícero Marco Túlio

## RESUMO

O principal objectivo deste trabalho foi apurar quais os ‘Tribunais’ (in)competentes quanto às ‘acções’ pendentes e interpostas aquando e após uma Declaração de Insolvência, se se aplicar o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 1/2014, de 08/05/2013, que teve por base uma acção declarativa laboral. E a primordial conclusão a que se chegámos foi que, tendo em consideração o mesmo, a plenitude da instância do Processo de Insolvência, e a natureza universal da Reclamação de Créditos, daí advém uma efectiva extensão da competência material do Tribunal de Comércio, que acaba por derrogar a competência material de outros Tribunais. Assim, o Juiz da Insolvência passa a ter competência material superveniente para decidir a maior parte de tais litígios. Mas do estudo que empreendemos também concluímos que, ainda assim, ficam de fora da aplicabilidade daquele Acórdão, em suma: todos os casos em que os créditos peticionados ainda não tenham sido reclamados ou relacionados pelo Administrador de Insolvência no respectivo Processo; as ‘acções’ que não se destinem tão-só ao reconhecimento de créditos; mesmo no âmbito laboral, há excepções (e.g., as acções emergentes de acidente de trabalho / doença profissional); as ‘acções’ do CIRE que aí tenham um regime especial; as constantes noutros regimes em que não faça sentido aplicá-lo e/ou em que se coloque em causa direitos de credores; as ‘acções’ de responsabilidade delitual/aquiliana, máxime Pedidos de Indemnização Civil; execuções; as vulgarmente apelidadas acções para cobrança de dívidas; as ‘acções’ contra a Massa Insolvente; e ainda, todas as que não caibam na estrita competência material do Tribunal de Comércio. E por fim, de toda a análise efectuada mais se apurou que, para além dos casos em que tal Acórdão é aplicado devidamente, nalguns é aplicado de forma isolada, incorrectamente, e noutros, até mesmo inexactamente, tudo como veremos.

## Palavras-chave

**‘Acções’ Pendentes e a Interpor; Declaração de Insolvência; Acórdão Uniformizador n.º 1/2014; Competência Material; ‘Tribunal’ Competente.**

## **ABSTRACT**

The main objective of this work was to ascertain which (in)competent 'Courts' regarding the pending and filed 'lawsuits' at the time of and subsequent to a Declaration of Insolvency, when applying the Case Law Standardisation Ruling n.º 1/2014, of 08/05/2013, which was based on a labour-related declarative relief. And the major conclusion we arrived at was that, considering the same, the fullness of the instance of the Insolvency Proceedings, as well as the universal nature of the Lodgement of Claim, results in an effective extension of the Commercial Court's material competence, which ends up derogating that of other Courts. Thus, the Insolvency Judge then has supervening material competence to rule most such legal disputes. However, from the study undertaken, we also conclude that, even so, the following, in short, are ruled out of the enforceability of that Ruling: all cases where the claims applied for have yet to be filed or listed by the Insolvency Administrator in the corresponding Proceedings; the 'lawsuits' not solely intended to acknowledge claims; even within the labour law, there are exceptions (e.g., lawsuits arising from a work accident/occupational disease); 'lawsuits' under the CIRE (Insolvency and Corporate Recovery Code) with a special regulation; those appearing in other systems where it makes no sense to enforce it and/or where creditors' rights are called into question; 'lawsuits' of tortious/extracontractual liability, above all Civil Compensation Claims; enforcements; the commonly called debt recovery lawsuits; 'lawsuits' against the Insolvent Estate; as well as any not falling under the strict material competence of the Commercial Court. And finally, of the entire analysis conducted, it was further ascertained that, on top of the cases where said Ruling is duly enforced, in some it is enforced separately, incorrectly, and in others, even imprecisely, all this as we shall see.

## **Keywords**

**'Lawsuits' Pending and to be Filed; Declaration of Insolvency; Standardisation Ruling n.º 1/2014; Material Competence; Competent 'Court.'**

## **Abreviaturas e Siglas**

Ac. / Acs. cit. – Acórdão/s citado/s

Act. – Actualização / Actualizada

Al. / Als. – Alínea/s

Art. / Arts. – Artigo/s

AUJ – Acórdão Uniformizador ou de Uniformização de Jurisprudência

BCE – Banco Central Europeu

BP – Banco de Portugal

CC – Código Civil

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

Cf. / Cfr. – Conforme

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CP – Código Penal

CPEREF – Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência

CPP – Código de Processo Penal

CPT – Código de Processo do Trabalho

CRP – Constituição da República Portuguesa

CT – Código do Trabalho

DL – Decreto-Lei

DPC – Direito Processual Civil

Ed. – Edição

E.g. – por exemplo

FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

LOSJ – Lei da Organização do Sistema Judiciário

N.º / Ns.º / N.sº / N.ºs – Número/s

(N)CPC – (novo) Código de Processo Civil

Ob. Cit. – Obra/s citada/s

Pág. / Págs. – Página/s

Proc. / Procs. – Processo/s

Regulamento (CE) – Regulamento da Comunidade Europeia, do Conselho  
Regulamento (EU) – Regulamento da União Europeia, do Parlamento e do Conselho  
Reimp. – Reimpressão  
RERE – Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas  
Rev. – Revista  
RLJ – Revista de Legislação e de Jurisprudência  
ROFTJ – Regulamentação da LOSJ e Regime aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais  
Ss. / Seg. / Segs. – Seguinte/s  
STJ – Supremo Tribunal de Justiça  
TC – Tribunal Constitucional  
TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia  
TR – Tribunal da Relação  
TRC – Tribunal da Relação de Coimbra  
TRE – Tribunal da Relação de Évora  
TRP – Tribunal da Relação do Porto  
TRG – Tribunal da Relação de Guimarães  
Vol. – Volume

### **Acordo ortográfico**

Foi respeitada a opção dos Autores, e o constante *ipsis verbis* nas Obras indicadas, quanto à utilização ou não do novo Acordo Ortográfico; por nós, não o utilizamos.

### **Disposições Legais**

São do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, na versão do ano da presente Dissertação, todas as disposições legais aludidas sem qualquer outra indicação.

## § 1.º – Introdução

O presente estudo visa analisar, debater, e tentar restringir, a competência material quanto às ‘acções’<sup>1</sup> pendentes e interpostas após Declaração de Insolvência, em virtude dos seus efeitos processuais externos<sup>2</sup>, face ao Acórdão de Uniformização de Jurisprudência (AUJ) n.º 1/2014, de 08/05/2013<sup>3</sup>. Tal poderá, à primeira vista, parecer simples, contudo não é. Quanto à pertinência deste trabalho, deriva ‘tão simplesmente’ da actualidade destes temas<sup>4</sup>.

Introduzindo-o, de acordo com a alínea (al.) a) do número (n.º) 1 do artigo (art.) 128.º da Lei de Organização do Sistema Judiciário (LOS)<sup>5</sup>, é da competência dos Juízos de Comércio tramitar processos de insolvência e especiais de revitalização. Tal competência é, desde logo, estendida aos incidentes e apensos, pelo n.º 3.

Mas mais. Atento o carácter universal e pleno da Reclamação de Créditos, é determinada uma efectiva extensão da competência material do ‘Tribunal’<sup>6</sup> de Insolvência quanto aos créditos cujo conhecimento possa ou pudesse vir a competir a outras sedes e/ou jurisdições, absorvendo tal Tribunal as competências materiais de outros Tribunais, onde os processos corriam ou podiam vir a correr termos. Efectivamente, o Juiz da Insolvência passa a ter competência material superveniente para decidir<sup>7</sup> todos(?), ou quase todos(?), os litígios emergentes de tais processos, pois, qualquer credor, (do património) do devedor insolvente, tem o ónus de reclamar (*lato sensu*), o seu crédito,

---

<sup>1</sup> Em sentido *lato sensu*. Posteriormente, iremos debruçar-nos sobre a amplitude de tal conceito.

<sup>2</sup> Conforme (cf.) também entende Maria do Rosário Epifânio, in *Manual de Direito da Insolvência*, 7.ª Edição (Ed.), Coimbra, Almedina, Janeiro, 2019, página (pág.) 182.

<sup>3</sup> Publicado no Diário da República (DR) 1.ª série - N.º 39 - de 25 de Fevereiro de 2014.

<sup>4</sup> Só e.g., preâmbulo do Decreto-Lei (DL) n.º 38/2019, de 18/03: criação de novos Juízos em matéria de Comércio.

<sup>5</sup> Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto (- 1ª versão), com as seguintes (segs.) alterações: - [Retificação n.º 42/2013, de 24/10](#); - [Lei n.º 40-A/2016, de 22/12](#); - [Lei n.º 94/2017, de 23/08](#); - [Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25/08](#); - [Lei n.º 23/2018, de 05/06](#); - [DL n.º 110/2018, de 10/12](#); - [Lei n.º 19/2019, de 19/02](#); e - [Lei n.º 27/2019, de 28/03](#), - 9ª versão - a mais recente, tudo disponível através da seguinte hiperligação: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1974&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1974&tabela=leis).

<sup>6</sup> Em sentido *lato sensu*. Mais à frente, iremos concretizar quais os ‘Tribunais’ competentes.

<sup>7</sup> Bem como para atestar os créditos pois, impugnados ou não, tem de verificá-los e/ou graduá-los.



no Processo de Insolvência. Ao fazê-lo, fica sujeito a eventual impugnação, com julgamento e produção de prova a seu cargo, quanto à própria existência e conteúdo do crédito, tudo cf., *inter alia*, arts. 1.º, 90.º, 128.º a 139.º, e 146.º, todos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE)<sup>8</sup>.

Ora, se não pensarmos imediatamente nos casos em que o credor até já tenha uma Decisão (*lato sensu*), com trânsito em julgado, ou outro título executivo, ponderemos, por exemplo (e.g.), um processo em que já tenha sido produzida toda a prova, depois de anos de sessões de julgamento, e em que só falte proferir a Sentença. Será que é curial sujeitar o credor (e até o devedor), as testemunhas, e os próprios Tribunais, a toda uma nova discussão sobre o reconhecimento do mesmo crédito, ‘apenas porque’ a competência passou a ser do Tribunal de Comércio, e nos autos de insolvência aquele foi impugnado, desconsiderando-se assim a anterior competência e todo o decorrer dessa ‘acção’? E se sim, qualquer que seja o Tribunal e o tipo de ‘acção’? E se a ‘acção’ não tiver sido proposta, mas tiver de ser? Então, qual o Tribunal competente? É o que, muito *per summa capita*, veremos, tudo à luz do AUJ.

Assim, iremos começar por abordar a (in)competência, no sentido em que se irá ponderar sempre dois Tribunais, depois veremos o que acontece às acções pendentes ou intentadas após uma declaração de insolvência, não só no âmbito nacional como europeu, e em várias sedes e inclusive noutra eventual jurisdição, mas apenas no que ao Direito Processual Privado diz respeito, e tudo em encadeamento, que se espera lógico.

---

<sup>8</sup> DL n.º 53/2004, de 18 de Março (- 1ª versão), com as segs. alterações: - DL n.º 200/2004, de 18/08; - DL n.º 76-A/2006, de 29/03; - DL n.º 282/2007, de 07/08; - DL n.º 116/2008, de 04/07; - DL n.º 185/2009, de 12/08; - Lei n.º 16/2012, de 20/04; - Lei n.º 66-B/2012, de 31/12; - DL n.º 26/2015, de 06/02; - DL n.º 79/2017, de 30/06; - Retificação n.º 21/2017, de 25/08; - Lei n.º 114/2017, de 29/12; e - Lei n.º 8/2018, de 02/03, na - 13ª versão - a mais recente, tudo também disponível no sítio da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, in [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=85&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=85&tabela=leis).

## CAPÍTULO I – NOÇÕES E QUESTÕES

### § 2.º – Razão de Ser

As normas adjectivas e as relativas à organização judiciária devem pautar-se pela clareza, por forma a evitar-se conflitos, quer na identificação *a priori* do Tribunal competente, como, *a posteriori*, na assunção da competência por todos os intervenientes processuais. Para que tal desiderato seja cumprido, em 1.º lugar é necessário que na interpretação das normas sobre distribuição de competências não se extraiam soluções não assumidas pelo legislador.

Existem Tribunais de Competência Genérica e Especializada. Nos termos do art. 65.º do (novo<sup>9</sup>) Código de Processo Civil (NCPC<sup>10</sup>), as leis de organização judiciária determinam as causas que em razão da matéria são da competência dos Tribunais e Secções de Competência Especializada. No art. 40.º n.º 2 da LOSJ determina-se a competência entre os Juízos dos Tribunais de Comarca, definindo as causas que competem aos juízos de competência especializada e aos tribunais de competência territorial alargada. No art. 80.º estabelece-se o princípio de que a competência residual é atribuída aos Tribunais de Comarca. Para o que ora interessa, compete aos Juízos de competência especializada de Comércio<sup>11</sup> ou, nas comarcas onde não haja juízo, aos Juízos Centrais Cíveis, tramitar os processos de insolvência, tendo assim competência material para julgar, em princípio, tudo o que estiver relacionado com os mesmos (veremos se também assim é). Em tudo o que não estiver determinado vale de novo o mesmo princípio, ou seja, a competência

---

<sup>9</sup> Palavra usada para distinguir o anterior Código de Processo Civil do ora em vigor.

<sup>10</sup> Aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho (- 1ª versão), com as segs. alterações: - Retificação n.º 36/2013, de 12/08; - Lei n.º 122/2015, de 01/09; - Lei n.º 40-A/2016, de 22/12; - Lei n.º 8/2017, de 03/03; - DL n.º 68/2017, de 16/06; - Lei n.º 114/2017, de 29/12; Lei n.º 49/2018, de 14/08; e - Lei n.º 27/2019, de 28/03, na - 9ª versão - a mais recente, disponível para consulta, e.g., in [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1959&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis).

<sup>11</sup> Existem Juízos de Comércio, de competência especializada, cf. arts. 81.º ns.º 1 e 3 al. i), 117.º ns.º 1 e 2, e 128.º, todos da LOSJ, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro.

residual é do Juízo Cível, cf. art. 117.º ns.º 1 e 2 da LOSJ. O mesmo se diz, *mutatis mutandis*, quanto ao definido na Regulamentação e Regime aplicável à Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (ROFTJ)<sup>1213</sup>, pois, existindo Secções de Comércio (e.g., art. 104.º n.º 1) e Cíveis, a competência residual também é destas.

O legislador pretendeu ser claro ao consagrar, inclusive, a extensão da competência dos Tribunais de Comércio, *rectius*, a *mens legislatoris* tinha o intuito de querer simplificar, consagrando uma larga competência dos Juízos e Secções de Comércio, contudo, a Jurisprudência, a Doutrina, e o Aplicador, mesmo com as recentíssimas alterações na LOSJ e na ROFTJ, dizem que continua a não ser. Efectivamente, muitas acções propostas que se relacionam, directa e/ou indirectamente, com os processos do CIRE, acabam com absolvições da instância por ser julgada procedente excepção de incompetência; outras tantas são propostas contra o Insolvente quando deviam ter sido contra a Massa Insolvente, ou vice-versa; e os próprios Tribunais de Comércio declaram-se, vezes sem conta, incompetentes, pelo que os conflitos de competência nesta área são inúmeros<sup>14</sup>.

Assim surgiu o AUJ do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) n.º 1/2014<sup>15</sup>, em que foi fixado que com o trânsito em julgado da declaração de insolvência, as acções declarativas pendentes para reconhecimento de créditos deixam de ter efeito útil, pelo que, devem ser extintas, por inutilidade superveniente da lide, de acordo com o art. 277.º, al. e) do NCPC. Consequentemente, o Tribunal de Comércio passa a ser o competente.

---

<sup>12</sup> DL n.º 49/2014, de 27/03 (- 1ª versão) com as segs. alterações: - DL n.º 86/2016, de 27/12; - Lei n.º 19/2019, de 19/02; e DL n.º 38/2019, de 18/03, na - 4ª versão - a mais recente, in [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_busca\\_assunto\\_diploma.php?buscajur=trabalho&artigo\\_id=&pagina=1&fica=1&nid=2075&tabela=leis&diplomas=&artigos=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_busca_assunto_diploma.php?buscajur=trabalho&artigo_id=&pagina=1&fica=1&nid=2075&tabela=leis&diplomas=&artigos=&so_miolo). Existem Secções de Comércio, por desdobramento dos Tribunais Judiciais das Comarcas, integrando quer secções de instância central como de instância local, cf., e.g., art. 68.º, n.º 1, e al. q), respectivamente, da ROFTJ.

<sup>13</sup> A Lei n.º 19/2019, de 19/02, entrou em vigor em 20/02/2019, dia seguinte à publicação (DR n.º 35/2019, Série I, de 19/02). Sem prejuízo das excepções dos ns.º 3 a 5 do art. 48.º, o DL n.º 38/2019, de 18/03, também entrou em vigor no dia seguinte, 19/03/2019 (DR n.º 54/2019, Série I, de 18/03).

<sup>14</sup> Com as últimas alterações tentou-se que os conflitos de competência em razão do valor diminuíssem.

<sup>15</sup> No Proc. n.º 170/08.OTTALM.Ll.S1 (acção declarativa, com processo comum, intentada no Tribunal do Trabalho, em que a trabalhadora peticionava: a declaração da ilicitude do seu despedimento; condenação da empregadora na reintegração; e pagamento das prestações vencidas e vincendas).

O Tribunal Constitucional (TC), no Ac. n.º 46/2014, de 09/01/2014<sup>16</sup>, não julgou inconstitucional tal interpretação, pois, no caso, os créditos já haviam sido reclamados na Insolvência.

Logo, delinear o âmbito do 1.º aresto é o que nos propomos fazer inicialmente, acrescentando depois outras questões *decidendas*, tais como, saber se a jurisprudência uniformizadora é aplicável a outros tipos de ‘acções’ e, se sim, quais?, e em todas as sedes?, e eventualmente até noutras jurisdições?, e, por fim, com que consequências?

O que se verifica perfunctoriamente é que nalguns casos o AUJ está a ser utilizado infundada e/ou isoladamente, considerando-se que valem as suas razões justificativas, ou seja, que a declaração de insolvência tem como consequência a extinção da instância da acção pendente com a consequente alteração da competência, quando, e.g., nem sequer se aquilata se o crédito já foi reclamado ou não. Assim, têm e vão ser (re)ponderados os fundamentos que levaram à fixação de jurisprudência. Depois, também veremos se serão todas as acções declarativas pendentes, bem como o que é que o termo jurídico ‘acção’ inclui, qual deve ser o Tribunal competente quanto às execuções e, ainda, quanto às novas ‘acções’, tudo face à Jurisprudência uniformizada.

O percurso será assim este: depois de analisarmos o Acórdão do STJ, concluindo o que se possa quanto às ‘acções’ declarativas laborais e no foro civil; veremos o Acórdão do TC, enumerando as razões pelas quais consideramos que o juízo devia ter sido de inconstitucionalidade. E depois iremos ao particular, para que, a final, possamos concluir. E assim começaremos pela insolvência transfronteiriça, para vermos o Direito Europeu, após o que ponderaremos a hipótese da competência poder ser da Jurisdição Administrativa. Posteriormente, veremos o caso dos Procedimentos Cautelares, porque a competência também tem sido alargada a este tipo de ‘acções’. *Ex adverso*, iremos analisar as Acções de Incumprimento de Plano de Recuperação em Processo Especial de Revitalização, e as de Responsabilidade do Administrador da Insolvência no exercício

---

<sup>16</sup> Publicado no DR, Série II - N.º 29 - de 11 de Fevereiro de 2014.

das suas funções, em que a competência tem sido atribuída aos Tribunais Cíveis. Por fim, também veremos se o AUJ é ou não aplicável na sede criminal, mais concretamente, aos Pedidos de Indemnização Cível, sabendo de antemão que, a resposta da Jurisprudência do STJ não tem sido unânime, inclusive quanto a saber de quem é a competência para decidir do respectivo conflito (se as secções civis ou as criminais).

Assim, é toda esta aparente ‘simplicidade’ que nos propomos abordar, sem ter a pretensão de que podemos resolver todos os conflitos de competência, mas indo propondo ao longo do texto algumas soluções que nos parecem mais consentâneas com a tutela da justiça e do direito à mesma, já que, as declarações de inutilidade superveniente da lide (com consequentes extinções da instância), as absolvições da instância, e os indeferimentos liminares, podem ficar muito bem na estatística, mas só levam a que se perca tempo.

Como bem disse Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, em 15/01/2019, no Salão Nobre do Supremo Tribunal de Justiça: *“De todos nós depende não contabilizarmos condenações, absolvições, provimentos de recursos, não acolhimento de pretensões, como se de um acto eleitoral ou de uma pugna ideológica se tratasse.”* (...) *“De todos nós depende exigirmos Justiça”* [de entre o mais], *“célere, que Justiça extemporânea é justiça pouco justa.”*

Ora, precisamente a atribuição de competência jurisdicional em função da matéria é susceptível de potenciar maior celeridade na resposta judiciária, o que é especialmente pertinente quando estão em causa litígios conexos com a área em causa, cujos processos são considerados de carácter urgente (cf. art. 9.º do CIRE). Só que, decidir se a competência para apreciar determinada acção deve pertencer a um Juízo ou Secção de Comércio, e correr ou não por apenso a um processo de insolvência, ou a um Tribunal de Competência Genérica, pode não ser tarefa fácil. Mais: decidir entre Foro Cível, Laboral, Penal e/ou Jurisdição Administrativa, também não é, e mesmo quando não se tenha dúvidas sobre o Foro, as soluções podem divergir consoante se trate de um Procedimento Cautelar, de uma Acção Declarativa, de uma Execução, ou de um Pedido de Indemnização Cível.

Aliás, até temos 2 regimes de arguição e conhecimento das regras da (in)competência material, nos termos do art. 97.º do NCPC. Um, quando a competência diz respeito a Tribunais de diferente categoria (art. 29.º da LOSJ), e.g., Tribunais Judiciais e Administrativos e Fiscais, e outro, quando é relativa apenas a Tribunais Judiciais. No 1.º caso a arguição pode ter lugar e deve ser suscitada oficiosamente até ao trânsito em julgado da sentença. No 2.º, a arguição e conhecimento oficioso só podem ter lugar até ao despacho saneador ou, não havendo este, até à audiência final.

A violação das regras de competência material gera incompetência absoluta, cabendo Apelação e inclusive Revista (cf. art. 671.º, n.º 2, al. a), do NCPC) na impugnação de Decisões com tal fundamento.

Quanto às absolvições da instância ou indeferimento em despacho liminar por incompetência absoluta, também há que ter em conta o disposto no n.º 2 do art. 99.º do NCPC, que permite o aproveitamento dos autos da instância extinta, mediante a sua remessa para o tribunal competente.

Noutro prisma, na interpretação dos preceitos do CIRE é imperioso ter presente que a finalidade da insolvência, enquanto execução de vocação universal (art. 1.º n.º 1), requer a observância do princípio *par conditio creditorum*, com vista à igualdade de todos os credores, afastando quaisquer expedientes susceptíveis de prejudicar alguma parte.

Com efeito, o Processo de Insolvência tem como finalidade a liquidação, total e colectiva<sup>17</sup>, do património de um devedor insolvente, e a repartição de todo o obtido pelos credores. E o art. 90.º consagra que os credores só podem exercer os seus direitos em conformidade com o CIRE<sup>18</sup>, e durante o Processo de Insolvência. Assim, é consagrado um verdadeiro ónus a seu cargo, e, conseqüentemente, todos os credores podem, *rectius*, devem reclamar os seus créditos nesse âmbito. Ademais, impera o

---

<sup>17</sup> Cf. também já entendia José Alberto dos Reis, *Processos Especiais*, Volume (Vol.) 2: 1955 - Reimpressão de 1982, Coimbra, Coimbra Editora, 1982, pág. 312.

<sup>18</sup> Com a mesma opinião, Luís Alberto Carvalho Fernandes e João Labareda, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Ed. de 2009, Reimpressão, Lisboa, *Quid Juris*, Setembro, 2009, pág. 364.

princípio *parconditio creditorum*<sup>19</sup>, que se destina a impedir que algum credor possa obter, fora do processo de insolvência, satisfação mais rápida ou completa dos seus créditos, em prejuízo dos restantes<sup>20</sup>.

A declaração de insolvência tem efeitos não despiciendos, regulando a lei prazos e forma de todos os credores apresentarem reclamação dos seus créditos - art. 128.º. O intuito é fazer com que todos exerçam os seus direitos num único processo, e em condições de igualdade, não tendo nenhum qualquer privilégio ou outra garantia que não as reconhecidas pelo Direito da Insolvência. Logo, para poderem beneficiar do processo e aí obterem, na medida do possível, a satisfação dos seus créditos, têm de nele exercer os seus direitos, procedendo à 'reclamação'<sup>21</sup> dos que sejam titulares, ainda que já reconhecidos noutra processo. Com efeito, tais créditos têm de ser reclamados na insolvência mesmo que tenham sido reconhecidos fora dele.

Em teoria<sup>22</sup>, os titulares de créditos sobre o insolvente cujo fundamento seja anterior à declaração de insolvência são credores da Insolvência; se o fundamento for posterior, são da Massa Insolvente.

Às dívidas da Insolvência – cf. arts. 1.º, 3.º, 46.º n.º 1, e 47.º n.º 1 –, peticionadas em acções declarativas e executivas pendentes aquando da Declaração de Insolvência, aplicam-se os efeitos dos arts. 85.º, 86.º e 88.º.

O art. 85.º estatui especificamente sobre os efeitos da declaração de insolvência nas acções pendentes aí estritamente referidas, que devem ser apensadas aos autos de insolvência. Tendo por base este preceito e o art. 81.º, tem a Doutrina considerado que as 'acções' de que ali se fala são as declarativas.

---

<sup>19</sup> Cf. escrevia Alberto dos Reis, *Processos Especiais*, obra citada (ob. cit.), pág. 350.

<sup>20</sup> Também assim entende Catarina Serra, in *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra, Almedina, Abril, 2018, pág. 196.

<sup>21</sup> Nas condições do art. 146.º, ainda pode ser requerida verificação ulterior de créditos ou outros direitos.

<sup>22</sup> Pois na prática a distinção pode ser mais complicada.

Assim, e quanto às outras? E quanto às a interpor? E às que não são apensadas? E aqui reside a razão de ser do AUJ.

De facto, o mesmo teve por base uma acção declarativa contra empregadora, para reconhecimento de créditos laborais, decorrentes de contrato de trabalho, em que foi declarada a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, em virtude de na sua pendência aquela ter sido declarada insolvente. Em consequência, a Autora teve de reclamar tais créditos no Tribunal de Comércio, tendo-se assim derogado a sede própria da acção laboral, bem como olvidado todo o seu decorrer.

Assim, balizados por estas considerações gerais, e cientes das questões a que temos de responder, vejamos o AUJ ao pormenor, por necessário. Mas antes, eis

#### **Síntese conclusiva:**

1. O Processo de Insolvência é de execução universal – cf. art. 1.º –, e os credores da insolvência apenas poderão exercer os seus direitos em conformidade com o CIRE e durante aquele – cf. art. 90.º, que consagra um verdadeiro ónus;
2. A Declaração de Insolvência tem vários efeitos, particularmente, forma de todos os credores reclamarem os créditos – *vide*, entre outros, o art. 128.º –, e especialmente, processuais, regulados nos arts. 85.º a 89.º do CIRE;
3. Iniciámos a abordagem ao art. 85.º do CIRE, que se refere às acções declarativas pendentes que são apensadas aos autos de insolvência.



## CAPÍTULO II – PARTE GERAL

Neste, iremos abordar quer o Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 1/2014, de 08/05/2013, bem como, o subsequente Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 46/2014, de 09/01/2014.

### § 3.º – Acórdão Uniformizador n.º 1/2014, de 08/05/2013

Quanto às ‘acções’ que não são apenas, assim foi uniformizada<sup>23</sup> a jurisprudência: “[t]ransitada em julgado a sentença que declara a insolvência, fica impossibilitada de alcançar o seu efeito útil normal a acção declarativa proposta pelo credor contra o devedor, destinada a obter o reconhecimento do crédito peticionado, pelo que cumpre decretar a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos da” al. e) do art. 277º do NCPC<sup>24</sup>.

Comecemos por pensar nos motivos que, a nosso ver, poderiam ter levado a tal fixação.

De mais importante: a inutilidade ocorre quando não subsiste qualquer benefício ou vantagem que se considere juridicamente relevante; o Processo de Insolvência, sendo de execução universal - cf. art. 1.º n.º 1 -, impõe o cumprimento do princípio *par conditio creditorum*; os efeitos processuais da Declaração de Insolvência nas acções pendentes não foram estatuídos, 1.º, no CPC, 2.º, no Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência (CPEREF); e o art. 85.º do CIRE estatui tais efeitos quanto às Acções Declarativas pendentes que são apenas, mas nada diz quer quanto às que não são, como às a instaurar; inexistente qualquer outro preceito, mormente no Foro Comum, que possa ser aplicável, pelo que, a solução pode ser comum às sedes Laboral e Civil; e os

---

<sup>23</sup> No Plenário das Secções Cíveis e Social do STJ, e já que a questão atravessa, mormente, o Direito Civil e o Laboral, adjectivo e substantivo. Daí nos termos dedicado mais a estes.

<sup>24</sup> Concordando, Artur Dionísio de Oliveira, in *Revista de Direito da Insolvência*, n.º 1, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Abril, 2017, págs. 86 e segs., após *Os efeitos externos da insolvência, As acções pendentes contra o Insolvente*, in <https://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?id=3624>, Centro de Estudos Judiciários (CEJ), texto que actualiza o antes publicado na *Julgar*, n.º 9 – 2009 (29/06/2009), Revista online e em papel, da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Lisboa, Almedina, Junho, 2009.

credores só podem exercer os seus direitos de acordo com o CIRE e durante o decorrer do Processo de Insolvência - art. 90.º -, o que constitui uma norma injuntiva e um ónus para os mesmos<sup>25</sup>.

E é assim que surgem as questões da inutilidade, apensação e, concomitantemente, competência.

Ora, sendo certo que a verificação abrange todos os créditos, seja qual for o fundamento ou natureza, e até o credor que tenha o crédito reconhecido por decisão transitada em julgado tem de o reclamar<sup>26</sup>, certo é também que, a competência conferida ao Tribunal de Comércio implica já a sua extensão - cf. n.º 3 do art. 128.º da LOSJ. Depois, a universalidade e a plenitude acabam por determinar, em termos de competência material, mais uma extensão da competência do Tribunal de Insolvência, “*absorvendo*” este as competências dos Tribunais onde as acções pendentes corriam termos e, conseqüentemente, o Juiz da Insolvência passa a ter competência superveniente para decidir os respectivos litígios<sup>27</sup>.

Para quem concorda com o fixado no AUJ, um dos grandes argumentos é que, mesmo com o reconhecimento judicial do crédito a sentença só vale *inter partes*, pelo que constitui mero documento para instruir a Reclamação – cf. art. 128.º n.º 1 –, não a dispensando, nem pondo de parte a possibilidade do crédito ser impugnado, e de o credor ter de (voltar a) fazer prova quanto à própria existência do crédito e respectivo conteúdo. Daí a necessidade da Reclamação, a não ser que o Administrador de Insolvência já tenha incluído o crédito na respectiva listagem / relação provisória. Logo, no Acórdão *sub judice* acabou por vingar a tese de que tais actos acarretam a extinção da

---

<sup>25</sup> Cf. também entendem Luís Alberto Carvalho Fernandes e João Labareda, ob. cit., pág. 364.

<sup>26</sup> Se nele quiser obter pagamento, obviamente - cf. art. 128.º, n.ºs 1 e 3.

<sup>27</sup> Como igualmente considera, e.g., Maria Adelaide Domingos, in *Efeitos Processuais da Declaração de Insolvência sobre as Acções Laborais Pendentes*, Memórias do IX e X Congressos Nacionais de Direito do Trabalho, Instituto Lusíada de Direito do Trabalho, Almedina, Novembro, 2007, pág. 272.

instância pendente, por inutilidade superveniente da lide<sup>28</sup>, o que, consequentemente, leva à competência dos Tribunais de Comércio.

Ora, a inutilidade ocorre quando, em virtude de novos factos na pendência do processo, a decisão já não pode ter efeito útil, ou porque não é possível dar satisfação à pretensão, ou porque o fim em si já foi ou vai ser atingido por outro meio.

Na sede civil, uma vez decretada a inutilidade superveniente da lide ocorre a extinção da instância<sup>29</sup>, e todo o processado termina sem que permaneça qualquer parte nos autos cujos termos tenham de prosseguir. Mas a acção que estava em causa no AUJ era laboral.

Assim, e em 1.º lugar, será que se podem incluir todas as acções laborais? Para nós não, pois, e só e.g., nas acções emergentes de acidente de trabalho / doença profissional<sup>30</sup> é evidente que o AUJ não pode ser aplicável.

E quanto às restantes? Existem semelhanças nos direitos processuais civil e laboral que se reconhecem (ainda que o CPT, até hoje, não tenha sido devidamente alterado face ao NCPC), e a instância laboral, *ergo*, todo o processo laboral, também se pode extinguir, por força da inutilidade superveniente da lide.

Contudo, nas acções laborais estamos a falar, na grande maioria dos casos, de trabalhadores que até têm privilégio imobiliário especial sobre o imóvel onde exerciam

---

<sup>28</sup> Visão crítica, *apud* Alexandre Soveral Martins, *Um curso de Direito da Insolvência*, 2.ª Ed., Coimbra, Almedina, 2016, págs. 152/3, verificada noutras obras aludidas, inclusive a consultada – Fevereiro, 2015.

<sup>29</sup> Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *in Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10.ª Ed., Coimbra, Edições Almedina, S.A., Julho, 2018, pág. 161, discorda: as acções não se extinguem apenas se suspendem; o credor conserva direito de as reactivar após encerramento dos autos – art. 233.º.

<sup>30</sup> Correm oficiosamente (art. 26.º n.º 3 do Código de Processo do Trabalho – CPT), face à natureza dos direitos em causa, os créditos gozam de especiais garantias no Código do Trabalho – CT –, e o pagamento das pensões que não possam ser feitas pelo Insolvente ou Massa Insolvente é assumido pelo Fundo de Acidentes de Trabalho, cf. arts. 78.º e 82.º n.º 1 da Lei n.º 98/2009, de 04/09 (sem alterações, e que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais – art. 284.º CT).

/ exerçam as respectivas funções (cf. art. 333.º, n.º 1, al. b), do CT), e outros direitos especiais, que justificam, inclusive, a sua análise em separado<sup>31</sup>.

Ademais, e e.g., o novo regime extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), criado pela Lei n.º 8/2018, de 2 de Março, até bem diferencia esta categoria particular de credores, pois, nos termos do art. 25.º, n.º 1, todos os processos em curso respeitantes a créditos incluídos no acordo extinguem-se imediatamente, sejam eles declarativos, executivos ou cautelares<sup>3233</sup>, com excepção, precisamente, dos processos de natureza laboral.

*A contrario*, os princípios da universalidade e da obrigatoriedade da Reclamação de Créditos na insolvência, levaram a que se considerasse que não existia fundamento legal que justificasse a continuação da acção pendente *in casu*, juízo esse que foi consagrado para outras acções laborais semelhantes, e estendido para o foro comum.

Sucede que, ao considerar-se que a lide é inútil, pois o reconhecimento do crédito tem sempre de ter lugar nos autos de insolvência, parte-se desde logo de uma premissa errada. Com efeito, e por um lado, o crédito em si pode (só) nascer com a condenação, e por outro, um crédito reconhecido pode ser reclamado no Processo de Insolvência mesmo que tenha sido peticionado fora dele – cf. art. 146.º (sobre verificação ulterior de créditos ou de outros direitos, acautelando a igualdade dos credores – n.º 1).

Depois, na acção em causa só se pretendia o reconhecimento de um crédito sobre a Insolvente.

---

<sup>31</sup> E.g., Catarina Serra, *Lições de Direito da Insolvência*, ob. cit., pág. 185.

<sup>32</sup> Cf. assim também considera Catarina Serra, *in Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Setembro, 2018, pág. 129.

<sup>33</sup> Com o depósito do acordo de reestruturação, em princípio, ocorre a imediata extinção das acções (declarativas, executivas ou cautelares), cujos créditos estejam no acordo, e já que, em muitos casos (geralmente exceptuando dívidas tributárias), também existe novação. *Vide* Alexandre de Soveral Martins *in Estudos de Direito da Insolvência*, 2.ª Ed., Coimbra, Edições Almedina, S.A., Outubro, 2018, pág. 27.

E por fim, o momento a partir do qual se deve considerar que existe inutilidade, não era – e continua a não ser –, despiciendo<sup>34</sup>.

Houve quem tivesse entendido – mormente a Exma. Conselheira Maria Pizarro Beleza –, que era necessária a fixação de prazo para a Reclamação e, ainda, que o crédito fosse garantido (o que implicaria verificação e graduação<sup>35</sup>) por bens da Massa Insolvente, contudo, e apesar de bem sabermos que a simples Reclamação nada reconhece, e o Processo de Insolvência pode terminar sem satisfação do crédito, tal posição acabaria por negar o conceito de litispendência, e até poderia colocar em causa o próprio princípio da igualdade entre credores.

E em conformidade, o entendimento maioritário – sustentado pelo Exmo. Conselheiro Sebastião Póvoas –, foi o de que a declaração de extinção da instância pode ter lugar em virtude da Reclamação do Crédito ou da sua relação, desde que, obviamente, o pedido formulado seja o mesmo do reclamado.

Os fundamentos, para nós foram os seguintes: nos termos do n.º 3 do art. 85.º, o Administrador de Insolvência pode substituir o insolvente nas lides pendentes; a apensação não é oficiosa, depende sempre de requerimento do Administrador de Insolvência ou de requisição do Tribunal de Insolvência; o princípio *par conditio creditorum* não é posto em causa se as acções pendentes prosseguirem, pois a reclamação é necessária mas só se se pretender que os créditos sejam satisfeitos na sede em causa; a Sentença é admitida como documento na Reclamação, nem que seja a título de princípio de prova; o Administrador da Insolvência não pode impor a Reclamação; segundo o art. 184º, se, após a liquidação, existir saldo que exceda o necessário para pagamento total das dívidas da Massa Insolvente, deve ser entregue ao devedor, e o credor, com título executivo, ainda pode obter pagamento, primeiramente aos demais; o mesmo sucede se o devedor obtiver bens após o encerramento do processo; assim, só se

---

<sup>34</sup> Cf., entre outros, Ac. do STJ n.º 4608/04.7TDLSB.L2.S1, proferido em 28/01/2015, disponível pelo [link http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/bcae308a0a3f716b80257e420057a943?OpenDocument](http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/bcae308a0a3f716b80257e420057a943?OpenDocument).

<sup>35</sup> Como parece entender Maria do Rosário Epifânio, in *Manual de Direito da Insolvência*, ob. cit., pág. 187.

o crédito tiver sido reclamado ou relacionado pelo Administrador de Insolvência – cf. arts. 128.º e 129.º do CIRE –, no respectivo Processo, é que a Acção Declarativa se torna supervenientemente inútil (aliás, se assim não fosse até existiria litispendência).

Logo, esta é para nós a grande conclusão, quer no que respeita à acção laboral como a outras semelhantes, declarativas, incluindo civis, ou seja, entendemos que tal deve ser sempre apurado e ponderado.

E quanto a tais extensões, após uma fase inicial de aplicação do AUJ quase sistemática, agora já mais se pondera – como se verá mais à frente –, referindo-se por ora, apenas a título exemplificativo, a Revista n.º 303/12.1TBSPS.C1.S1<sup>36</sup>, da 1.ª Secção, de 24/10/2017, onde se concluiu que o AUJ não é aplicável, e.g., à acção sub-rogatória, do art. 1041.º do NCPC, proposta por credor do repudiante insolvente, pois, evidente é, não faria sentido que assim fosse.

Independentemente, se se tratar de uma acção laboral, no Tribunal de Comércio devem seguir-se os trâmites do CT e do CPT, por se tratar de matéria que, mesmo nesse Tribunal, deve ser preparada e julgada de acordo com o Direito do Trabalho<sup>37</sup>, quer substantivo como adjectivo. Ademais, no julgamento das questões laborais não deve existir diminuição de garantias para as partes, os meios probatórios permitidos devem ser os mesmos, e a forma do processo a do declarativo sumário - que o art. 49.º, n.º 2, do CPT, supletivamente, manda aplicar ao processo laboral comum. E também deve vigorar o princípio do inquisitório<sup>38</sup>, que permite que a Decisão seja fundada em factos não alegados pelas partes, similarmente ao art. 72.º do CPT.

---

<sup>36</sup> Sumariada pelo Exmo. Conselheiro Relator Pedro Lima Gonçalves, e disponível *in* [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/Civel\\_2017\\_10.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/Civel_2017_10.pdf).

<sup>37</sup> I.e., a competência por conexão é «forçada», apesar da especialização ser um dos principais objectivos do legislador (cf. Preâmbulo da versão inicial da LOSJ). Mais uma razão para não se concordar com algumas consequências que a jurisprudência retira do AUJ.

<sup>38</sup> Assim também entende Maria Adelaide Domingos, *in Efeitos Processuais da Declaração de Insolvência sobre as Acções Laborais Pendentes*, ob. cit., pág. 284.

Sem prejuízo, não tendo a especialização primado (e a preterição dos Tribunais do Trabalho até constitui uma incongruência face à tão almejada e propalada especialização), podia ter-se aquilatado a eventual remessa dos autos para o Tribunal de Comércio, dependendo da fase em que o processo se encontrasse<sup>39</sup>, nos termos do art. 99.º n.º 2 do NCPC (que permite o aproveitamento dos autos da instância extinta, mediante a sua remessa para o Tribunal competente, e que funcionariam como uma espécie de ‘Reclamação’). Muito se ganharia em celeridade, o princípio da igualdade seria cumprido (pois todos os credores podiam usar de todos os meios à disposição no CIRE), e, no final, a Sentença de Verificação e Graduação de Créditos ‘substituiria’ a Sentença ‘normal’. Razões de economia processual (na vertente da economia de actos e formalidades), assim aconselhariam, em vez das extinções das instâncias quanto às acções pendentes, e dos indeferimentos liminares ou sentenças de absolvição da instância<sup>40</sup> quanto às acções a interpor, que só fazem justiça formal.

Mas tal não foi feito.

Ora, desde que o estado dos autos a tal não desaconselhasse, e não se pusesse em causa a igualdade dos credores, pensa-se que se podia aproveitar de alguma forma, se não tudo, pelo menos parte do decorrer daqueles, nem que fosse por razões de justiça material, à semelhança do estatuído no direito processual civil (DPC). E nem que na nova sede se pudesse suscitar novamente a questão da (in)competência<sup>41</sup>, mas só se

---

<sup>39</sup> Se ainda não tiver havido Assembleia de Credores, mesmo existindo remessa, será maior o tempo de espera, e.g., do trabalhador por uma Decisão de eventual suspensão de despedimento, que é essencial que seja proferida em tempo útil, pois o Direito ao Trabalho é um valor constitucionalmente consagrado.

<sup>40</sup> Ainda que para o autor a absolvição da instância seja mais favorável do que a do pedido. Anuindo, Rui Pinto, in *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas Questões*, págs. 111 a 142, em *As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1º Curso Pós-Graduado em DPC, Comissão Científica: Miguel Teixeira de Sousa, Paula Costa e Silva, Rui Pinto (Coordenador-Executivo), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, 1ª Ed., Coimbra, Coimbra Editora, Outubro, 2010, pág. 124.

<sup>41</sup> Como sucedeu/e no que respeitou/a a saber se a competência para tramitar Processos de Insolvência era/é das Instâncias Centrais ou Locais, em conformidade com os valores dos mesmos. Quanto a tal, o Exmo. Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa, em Comentário ao Ac. do STJ no Proc. n.º 1453/13.2TBFIG-B.C1.S1, de 02/06/2015, na Secção de Jurisprudência (171) do *Blog* do Instituto Português de Processo Civil, considerou que o art. 15.º do CIRE institui um regime móvel quanto ao valor do Processo de Insolvência, ou seja, é o que tiver aquando da interposição. Por sua vez, o art. 14.º, n.º 1, do CIRE, cumpre a mesma função do art. 629.º, n.º 2, al. d), do NCPC, já que, após excluir a possibilidade de recorrer para o

admitindo a oposição do requerido / réu à remessa se fosse justificada<sup>424344</sup>. É que, tal seria mais consentâneo com o Direito Laboral, quer substantivo, como adjetivo. Assim, pondere-se, eventualmente, a criação de um regime específico.

### **Síntese conclusiva:**

1. A plenitude da instância insolvencial resulta mormente dos arts. 1.º, 46.º n.º 1, 47.º n.º 1, 90.º, 128.º n.ºs 1 e 3, 129.º, 130.º n.º 1, e 139.º, todos do CIRE;
2. As acções declarativas que não são apenas ao Processo de Insolvência deram origem ao Ac. Uniformizador n.º 1/2014, especial na sua génese, mas que se tem tentado aplicar a quase todos os casos;
3. Quando se tratar de tais acções, a Declaração de Insolvência determina a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, cf. AUJ, e, consequentemente, a incompetência dos Tribunais do Trabalho ou Cíveis, onde os autos corriam;
4. Ou seja, daí decorre a alteração da competência material: a competência do Tribunal de Comércio derroga a competência dos outros Tribunais, e o Juiz da Insolvência passa a ter competência material superveniente para julgar os respectivos litígios;

---

STJ dos Acs. do TR proferidos nos Processos de Insolvência ou nos embargos opostos à Decisão de Declaração de Insolvência, vem consagrar a hipótese de recorribilidade para o STJ, caso existam Acs. dos TR contraditórios. Entretanto, e na sua grande maioria, os conflitos em razão do valor foram sendo decididos a favor das Instâncias Centrais. Presentemente, e cf. art. 117.º ns.º 2 e 3 da LOSJ, nas comarcas onde não haja Juízo de Comércio a competência dos Juízos Centrais Cíveis é extensiva às acções que caibam a esses juízos, e ademais, devem ser remetidos àqueles os processos pendentes em que ocorra alteração de valor susceptível de modificar, determinando, a respectiva competência.

<sup>42</sup> Pois deve-se considerar infundamentada quando se alega que a parte é prejudicada por lhe ter sido vedada a invocação de meio de defesa manifestamente improcedente, cf. maioria da Jurisprudência do STJ, mas não das Relações, e muito menos das 1.ªs instâncias.

<sup>43</sup> No Anteprojecto da Comissão de Revisão do NCPC bastava o requerimento do requerente/autor, ao qual o requerido/réu não se podia opor. A Proposta de Lei admitiu a oposição, após parecer do Conselho Superior da Magistratura e da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, sendo assim fixada a redacção.

<sup>44</sup> O requerido/réu terá tais razões quando possa ampliar a defesa que apresentou no novo tribunal, podendo suscitar outras questões que nesta sede já assumem relevância, como também considera Abílio Neto, *in Novo Código de Processo Civil Anotado*, 2.ª Ed. Revista e Ampliada, Janeiro, 2014, Lisboa, Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Janeiro, 2014, pág. 166.



5. Os demais casos têm de ser ponderados: assim, e e.g., na sede laboral o AUJ não é aplicável às acções emergentes de acidente de trabalho / doença profissional; na sede civil, o mesmo se pode dizer, *mutatis mutandi*, quanto e.g. à acção sub-rogatória;
6. Na Acção Declarativa do AUJ só se pretendia o reconhecimento de crédito, e sobre a Insolvente, logo, às acções não declarativas e contra a Massa Insolvente não se deve aplicar o AUJ;
7. A solução pode ser a mesma no Foro comum, mas desde que o pedido e a causa de pedir sejam similares à do AUJ, e estejam em causa questões meramente civilísticas;
8. I.e., o AUJ também pode ser aplicado em acções idênticas de direito privado, e no âmbito da responsabilidade contratual, civil ou laboral;
9. Por fim, porque não aquilatar-se a aplicação e/ou criação de um regime similar ao disposto no n.º 2 do art. 99.º do NCPC, que permite o aproveitamento dos autos da instância extinta, mediante a sua remessa para o Tribunal competente? Deixa-se a questão.

#### § 4.º – Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 46/2014, de 09/01

Neste, salientou-se o facto de que o AUJ tinha analisado a utilidade na continuação dos mencionados autos laborais quando, na sua pendência, havia sido Declarada Insolvência, e já se havia reclamado no Processo de Insolvência os mesmos créditos peticionados, estando estes, aliás, até já incluídos na lista provisória de credores. Ademais, também se referiu que foi ponderado o momento a partir do qual se podia considerar que existe inutilidade superveniente da lide.

Para nós, o juízo de (in)constitucionalidade podia basear-se na violação dos princípios da igualdade – cf. art. 13.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) –, e acesso ao direito e à tutela jurisdicional efectiva – cf. art. 20.º, n.ºs 1 e 5 da CRP. Partindo do pressuposto que os Tribunais defendem a concretização dos Direitos Fundamentais<sup>45</sup>:

Quanto ao 1.º, entendemos que a teleologia dos autos de insolvência, os princípios *par conditio creditorum*, e o do contraditório, asseguram exactamente essa igualdade;

Relativamente ao 2.º, a Jurisprudência do TC encontra-se consolidada quanto a abranger os direitos de acção, de processo, de Decisão sem dilações indevidas, e de processo justo. Ora, o direito a uma solução jurisdicional do conflito em prazo razoável pelo menos foi alterado, e existiu maior morosidade do que seria previsível, até pela não especialização decorrente do facto da causa já não ser julgada num Tribunal do Trabalho. Ademais, as diligências probatórias já produzidas perderam-se<sup>46</sup>, e tal, por si só, podia comprometer o direito em causa. Assim, não é líquido que não tenha existido violação desse princípio;

---

<sup>45</sup> Vide, a este respeito, António Pedro Barbas Homem, *A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Nota Introdutória, em *Os direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça – Acórdãos seleccionados*, e-book, Lisboa, CEJ, Outubro, 2014, e *Estado de Direito e Direitos Fundamentais: A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Caderno Especial, Intervenções do Director do CEJ (2011-2015), e-book, Lisboa, Assembleia da República / CEJ, Julho, 2015.

<sup>46</sup> Com excepção, provavelmente, das declarações para memória futura. E pensando bem, «levado às últimas consequências», esta até poderia ser uma forma de contornar a desconsideração do decorrer dos autos que sejam extintos, no caso em que se tenha conhecimento que a insolvência esteja iminente. Deixa-se a «ideia»...

Quanto ao 3.º, suportam-se mais ónus e encargos processuais, como riscos probatórios, e existe menor celeridade. Com efeito, apesar de ser certo que o caso julgado só terá eficácia *inter partes*, o TC não ponderou, e.g., a autoridade do caso julgado (nas partes em que se podia decidir em sentido diverso sobre o mesmo objecto numa posterior Decisão), e devia ter ponderado. Quanto à celeridade, assim como o CIRE consagra que o Processo de Insolvência reveste natureza urgente e prioritária – art. 9.º, n.º 1, do CIRE –, alguns Procedimentos Cautelares laborais também o são (e.g., de suspensão de despedimento – cf. art. 34.º CPT –, assim como os processos impugnativos de despedimento colectivo, ou de representantes sindicais ou de membros de comissão de trabalhadores – cf. art. 26.º, n.º 1, do CPT –), e tudo isso não foi devidamente aquilatado.

Assim, e em suma, temos reservas quanto à percepção do TC máxime no que respeita ao desaproveitamento do decorrer processual e à celeridade, ademais quando se está perante autos laborais. É que, ao concluir-se que o Juiz da Insolvência deve (re)conhecer os créditos de trabalhadores seguindo as regras do CPT e do CT, sem que ocorra violação do princípio do acesso ao direito e à tutela jurisdicional efectiva<sup>47</sup>, é olvidar-se que a celeridade na obtenção de uma decisão judicial pode ser, nesses casos, crucial, e a singularidade das matérias em causa.

No geral, tal direito sem dilações indevidas, no sentido da decisão ser proferida dentro de prazos (pré)estabelecidos, ou, caso não estejam fixados na lei, dentro de um período temporal que seja proporcional e apropriado à complexidade da causa, é, necessariamente, afectado, e o ditame da não prática de actos ‘inúteis’ também é infringido. Com efeito, a extinção das Acções Declarativas, com a “*deslocação*” dos autos para o Tribunal de Comércio, acarreta a perda de todo o decorrer processual, prejudicando as partes e, inevitavelmente, a celeridade<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> Vide João Pedroso, Catarina Trincão, e João Paulo Dias, *in E a justiça aqui tão perto? As transformações no acesso ao direito e à justiça*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Maio, 2003.

<sup>48</sup> Concordando com a nossa posição, vide António Pereira de Almeida, *Efeitos do processo de insolvência nas ações declarativas*, 17/05/2017, pág. 149 da Revista de Direito Comercial, Estatuto e Projeto Editorial 01/03/2017, publicação online diária [www.revistadedireitocomercial.com](http://www.revistadedireitocomercial.com), Ed. de 2017, Lisboa, 2017.

Além disso, um dos mais importantes direitos é o de acesso a um tribunal<sup>49</sup>, ou seja, de tutela jurisdicional que o Estado deve tornar efectiva. Assim, a extinção não parece a solução mais “conforme” com o referido princípio<sup>50</sup>. Aliás, em recente Ac. do STJ de 04/04/2017<sup>51</sup>, já se considerou que exigir a instauração de uma acção de responsabilidade civil contra o Administrador da Insolvência fora do respectivo Processo consubstancia violação de tal princípio.

E ainda, também não é de olvidar o princípio do juiz natural<sup>5253</sup>. Após consagração no art. 32.º da CRP, a sua densificação jurisprudencial foi quanto a<sup>54</sup>: determinabilidade (Tribunal e Juiz devem estar previamente determinados em leis gerais e de forma inequívoca); justiça material; fixação de competência (observância de ditames para a determinação do Tribunal e Juiz da causa); e respeito pela distribuição aleatória. Ora, no geral, a LOSJ tem apenas uma menção explícita ao juiz natural, no art. 162.º n.º 1 al. n), e a ROFTJ nem uma tem. No concreto, pelo menos quanto às acções pendentes não apensadas nem o 2.º Tribunal nem o 2.º Juiz estão previamente determinados.

Não obstante, o TC considerou preservadas “todas as vias impugnatórias” (...), [logo], “a norma” (...) “não ofende a garantia de acesso ao direito da recorrente, nem a impede de obter tutela judicial efectiva e em tempo útil dos créditos salariais e direitos indemnizatórios que peticionou em acção laboral e reclamou ulteriormente em processo de insolvência” (...), pelo que, e consequentemente, decidiu “[n]ão julgar inconstitucional a interpretação normativa ...”

De que tenhamos conhecimento, inexistem, por ora, quer novos recursos no TC como no STJ que, ou julguem inconstitucional qualquer outra interpretação, ou alterem a jurisprudência fixada, pelo que, os nossos Tribunais continuarão a aplicar o AUJ.

---

<sup>49</sup> Inserido na Lei da Organização Judiciária após a Revolução Francesa e nas Constituições oitocentistas.

<sup>50</sup> Como também considera Catarina Serra, in *Lições de Direito da Insolvência*, ob. cit., pág. 201.

<sup>51</sup> Dos Exmos. Conselheiros Fonseca Ramos (Relator), Ana Paula Boularot, e Fernando Pinto de Almeida, in *Revista de Direito da Insolvência* n.º 2, de Maria do Rosário Epifânio e José Manuel Branco, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Abril, 2018: 169-216, pág. 180.

<sup>52</sup> O princípio do juiz natural ou legal constitui uma dimensão processual de garantia do princípio da tutela jurisdicional efectiva, cf., entre outros, Gomes Canotilho e Vital Moreira.

<sup>53</sup> Com tal princípio é consagrado o direito fundamental dos cidadãos a que uma causa seja julgada por um tribunal previsto por lei anterior, cf. entende, e.g., Jorge de Figueiredo Dias, in *Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do «juiz natural»*, Revista (Rev.) de Legislação e de Jurisprudência, 111.º Ano, 1978-1979, N.ºs 3610-3633, Coimbra, Coimbra Editora, 1979, nas págs. 82/3 a 89.

<sup>54</sup> Vide a propósito José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2.ª Ed. Revista e Ampliada, 1.º volume, Coimbra, Coimbra Editora, 1984, págs. 218/9.

Independentemente, o Ac. do TC foi importante pela clareza que, para nós, veio trazer à discussão do assunto, ou seja, uma vez que, reitere-se, pressupôs que para a extinção da acção por inutilidade era necessária a reclamação do crédito ou o seu relacionamento pelo Administrador de Insolvência. Sucede que, ainda assim, não é isso o que a nossa Jurisprudência tem seguido, pondo em causa a *ratio* daquele, como veremos a seguir.

### **Síntese conclusiva:**

1. A divergência jurisprudencial era sobre o momento em que se pode declarar a inutilidade superveniente da lide existindo já Reclamação dos Créditos na Insolvência;
2. No Ac. do TC n.º 46/2014 considerou-se que, o AUJ pressupunha que era necessária prévia reclamação do crédito ou o seu relacionamento pelo Administrador de Insolvência para a extinção por inutilidade superveniente da lide;
3. Não é o que tem sido ajuizado; é uma constante; tal não é de todo e/ou devidamente aquilatado – como veremos; enquanto não existir Reclamação de Créditos ou relacionamento pelo Administrador o Tribunal competente para tramitar e julgar acção de reconhecimento de créditos deve continuar a ser o mesmo;
4. O TC considerou ainda que a interpretação do art. 85.º do CIRE na orientação do AUJ não era inconstitucional; cremos que é, mormente por violação do princípio da tutela jurisdicional efectiva – cf., aliás, Jurisprudência que veremos; assim, quando ocorrer tal violação o AUJ não deve ser aplicado.

### **CAPÍTULO III – PARTE ESPECIAL**

Por analogia, fazendo interpretações extensivas, e reduções ou ampliações teleológicas (pois o legislador tanto disse mais como menos do que queria e/ou devia dizer), e sem nunca olvidar que todo o exposto será visto à luz do AUJ n.º 1/2014, passemos à análise de alguns itens para que, primeiro, e nos lugares próprios, possamos retirar algumas ilacções, fazer outras deduções – quando possível –, e, a final, logremos concluir.

#### **§ 5.º – Insolvências Transfronteiriças**

Não podíamos deixar de iniciar a análise pelo Direito Comunitário, ponderando a aplicação do AUJ n.º 1/2014 neste âmbito. Assim,

O Regulamento da Comunidade Europeia (CE), do Conselho, n.º 1346/2000, acerca dos processos de insolvência, que entrou em vigor em 31/05/2002, foi revisto, tendo sido aprovado o Regulamento da União Europeia (UE), do Parlamento e do Conselho, n.º 848/2015, que entrou em vigor em 26/06/2017<sup>55</sup>, e é aplicável aos processos abertos após tal data. Destes constam, basicamente, normas de Direito Internacional Privado, que não regulam o Processo de Insolvência em si, mas antes, os Tribunais dos vários Estados-membros aplicam o seu direito processual interno às insolvências transfronteiriças, dentro do âmbito e da competência territorial dos Regulamentos. Em caso de conflito, prevalecem os preceitos dos Regulamentos, pois são fontes hierarquicamente superiores (cf. art. 275.º CIRE). Assim, não existe um Direito Europeu da Insolvência. Os Regulamentos estabelecem é regras para todos os Estados-membros

---

<sup>55</sup> Cf. art. 92.º, sendo aplicável aos processos de insolvência abertos após tal data, cf. art. 84.º, n.º 1. Consequentemente, o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 continua a ser aplicável aos processos de insolvência que tenham sido abertos antes de 26/06/2017 (cf. art. 84.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 848/2015).

quanto, e.g., à competência internacional, à determinação do Direito aplicável, e ao reconhecimento de ‘sentenças’ estrangeiras.

Uma das suas principais regras é a de que a lei aplicável ao Processo de Insolvência e seus efeitos é a lei do Estado-membro em cujo território o mesmo é aberto (*lex fori concursus*). Contudo, prevêm-se excepções, entre as quais ressalta a respeitante aos efeitos nas Acções Declarativas pendentes relativas a bem ou direito cuja administração ou disposição o devedor / insolvente esteja inibido de administrar ou dispor, e que se regem pela lei do Estado-membro em que as mesmas se encontram pendentes<sup>5657</sup> (*lex fori processus*). Sintetizando, diríamos que o cânone essencial é o de que à Declaração de Insolvência e aos seus efeitos, de uma Pessoa Colectiva com sede num Estado-membro, é aplicável a lei desse mesmo Estado. As acções pendentes noutro Estado-membro serão disciplinadas pela respectiva lei caso o objecto e/ou causa de pedir seja um bem ou um direito de que o devedor tenha sido desapossado<sup>58</sup>.

E ainda, a *lex fori processus* aplica-se a acção pendente em órgão jurisdicional de Estado-membro cujo objecto seja a condenação no pagamento de quantia pecuniária e indemnização. Logo, as execuções estão excluídas, estando assim abrangidas as Acções Declarativas que tenham por objecto o reconhecimento de direito de crédito<sup>59</sup>, sem cobrança coerciva, por não susceptíveis de colocar em causa o princípio da igualdade dos credores, nem a resolução colectiva.

Quanto ao seu destino<sup>60</sup>, admite-se como possível: a extinção; a suspensão; ou, *ex adverso* ao AUJ, realce-se, o prosseguimento das instâncias<sup>61</sup>.

---

<sup>56</sup> Máxime devido à ligação com o direito adjectivo desse Estado.

<sup>57</sup> A lei processual do Estado em que a acção está pendente determina se o processo deve ou não ser suspenso, e a forma sob a qual deve ou não prosseguir.

<sup>58</sup> Também assim entende João Botelho in *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Notas de Jurisprudência*, Trofa, NOVACAUSA – EDIÇÕES JURÍDICAS, Setembro, 2013, págs. 32 a 39.

<sup>59</sup> Em suma, as Acções Declarativas limitadas a determinar direitos e obrigações, não implicando a sua realização coactiva, estão abrangidas.

<sup>60</sup> Vide, efeitos da insolvência em acções pendentes - lei do Estado-Membro em que a acção se encontra, disponível, e.g., in <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX:32000R1346>.

<sup>61</sup> Similarmente, vide Maria do Rosário Epifânio, ob. cit., págs. 183 e ss..

E.g., no Ac. do STJ n.º 2153/08.0TVLSB.L1.S1, de 12/07/2018<sup>62</sup>, numa acção de reconhecimento de direito de crédito pendente em Portugal aquando da Declaração de Insolvência, decretada por outro Estado-membro, estavam em causa os efeitos de tal declaração, tendo-se considerado que valiam aí as razões do AUJ n.º 1/2014, logo, a Declaração de Insolvência levou à extinção da instância por inutilidade superveniente da lide, com a consequente incompetência do Tribunal onde corria termos e, *a contrario*, competência do Tribunal da Insolvência do outro Estado-membro.

Ora, se só se tiver em conta que o outro regime jurídico aplicável não carecia de garantias quanto à reclamação e tutela do crédito, tal, por si só, não era suficiente para se invocar o AUJ. Tinha de ser aquilatado se o crédito já tinha sido reclamado ou não. Mas não foi. E ainda assim, foi no Tribunal do<sup>63</sup> Comércio do outro Estado-membro (no caso, o Luxemburgo), que o crédito teve de ser reclamado<sup>64</sup>.

Também não se põe em causa que o regime da insolvência ali vigente era de liquidação, vigoravam os princípios da universalidade e igualdade dos credores, e a Declaração de Insolvência era da competência do Tribunal do Comércio<sup>65</sup>. Só que, o que mais interessava era que a nossa Jurisprudência não tivesse fundamentado a extinção da instância apenas e tão-somente com base “nas razões justificativas” do AUJ, antes, verificasse se as respectivas condições estavam ou não reunidas.

Ainda assim, da análise deste item sobressaiu algo mais importante: é que noutros Estados-membros, se, após reclamado, o crédito for contestado, as respectivas contestações podem ser remetidas quer para o Tribunal de Comércio como Civil, consoante o que for competente, para as julgar<sup>66</sup>. Ou seja, pelo menos o Direito

---

<sup>62</sup> Disponível para consulta no sítio da DGSI, em STJ, através do seguinte *link*: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/258bb8d4bcec7f32802582c80045217d?OpenDocument>.

<sup>63</sup> No Luxemburgo, era do (e não de) Comércio.

<sup>64</sup> Se tivesse sido em Portugal, tal implicava a aplicação dos arts. 275.º a 296.º do CIRE. Note-se que o art. 285.º era idêntico ao art. 15.º do Regulamento (CE), e agora resulta do art. 18.º do Regulamento (EU).

<sup>65</sup> Cfr. sobretudo arts. 437.º, 444.º ns.º 1 e 22, 448.º, e 452.º n.º 1, do Código de Comércio Luxemburguês.

<sup>66</sup> Cfr. arts. 500.º, 501.º, 504.º e 505.º, do Código de Comércio, *idem*.



Luxemburguês permitia que o crédito contestado fosse julgado noutro Tribunal que não o de Comércio. Portanto, no Luxemburgo imperava o princípio da especialização, que também devia imperar em Portugal, até porque, nunca se olvide, no CIRE inexistia qualquer norma que preveja a inutilidade superveniente das lides e, conseqüentemente, a retirada da competência ao Juiz natural das causas que, previstas em normas anteriores, inicialmente, lhes pertenciam.

Com efeito, relembre-se, o CIRE estatui nos arts. 85.º a 89.º os efeitos processuais que decorrem de uma Declaração de Insolvência, sendo que, o art. 85.º refere-se às acções pendentes mas só quanto à sua apensação, ou seja, e *a contrario*, não regula o destino das acções pendentes não apensadas. Daí surgirem várias hipóteses, entre as quais a da inutilidade.

Daí a querela jurisprudencial que levou ao AUJ, e que teve por base o regime que deriva dos arts. 1.º, 46.º n.º 1, 47.º n.º 1, 90.º, 128.º n.ºs 1 e 3, 129.º, 130.º n.º 1, e 139.º, todos do CIRE, ou seja, e em síntese, os princípios da plenitude da instância e da universalidade do processo-liquidação (pois o crédito tem de ser reclamado<sup>67</sup> se o credor quiser obter pagamento na insolvência – art. 128.º n.º 3 –, podendo ser impugnado por qualquer interessado – art. 130.º), bem como, o princípio *par conditio creditorum*, que emana do da igualdade, em conexão com o do contraditório. Assim, declarada a insolvência todos os titulares de créditos patrimoniais sobre o insolvente têm de exercer os seus direitos em conformidade com o CIRE, carecendo de reclamarem os seus créditos, independentemente de até já estarem reconhecidos judicialmente noutro processo, o que leva a que se conclua que esses processos perdem a sua utilidade.

Ora, certo é que a obtenção de uma Decisão condenatória, com conseqüente título executivo, só forma caso julgado material relativamente às partes, logo, não obstante o reconhecimento judicial do crédito, sempre é necessário ser reclamado nos autos de insolvência, caso o credor aí queira obter pagamento (cf. art. 128.º, n.º 3, do CIRE).

---

<sup>67</sup> Ou reconhecido pelo Administrador de Insolvência.

Contudo, tal não significa que se deva retirar a competência das outras sedes, automática e inevitavelmente, pois, a implementação de um sistema similar ao Luxemburguês também seria exequível em Portugal. Assim, ainda afirmamos que, a incompetência dessas sedes não constitui uma inevitabilidade.

**Síntese conclusiva:**

1. Nos Regulamentos (CE) n.º 1346/2000, de 29/05/2000, e (EU) n.º 848/2015, de 20/05/2015, foi consagrada exceção à regra da competência da lei da insolvência (*lex fori concursus*), quanto aos efeitos do Processo de Insolvência nas Acções Declarativas pendentes relativas a bem ou direito cuja administração ou disposição o devedor esteja inibido, e que se regem pela lei do Estado-membro em que se encontrem (*lex fori processus*), devido à estreita vinculação com o respectivo regime processual;
2. As Acções Declarativas relativas a obrigações pecuniárias regem-se por tal lei, as execuções não;
3. Noutros Estados-membros admite-se como possível a extinção, a suspensão, ou a prossecução das lides pendentes, e que se o crédito reclamado for contestado, as impugnações possam ser remetidas para Tribunal de Comércio ou Civil.

## § 6.º – Eventual Jurisdição Administrativa

Poder-se-ia pensar que não mas, ainda que indirectamente, mesmo no âmbito de matérias de Direito Público é ponderada e aplicada a jurisprudência do AUJ.

Partamos do exemplo das inúmeras acções contra o Banco Espírito Santo.

Com efeito, uma acção interposta contra Banco, durante a pendência da qual ocorre processo de liquidação, em consequência de decisão do Banco Central Europeu (BCE), e que produz os mesmos efeitos da Declaração de Insolvência, também deve ser extinta, por inutilidade superveniente da lide, em conformidade com o AUJ<sup>68</sup>. *Vide*, e.g., o Ac. do STJ n.º 25795/15.3T8LSB.L1.S2, proferido em 13/03/2018<sup>69</sup>, e, para além dos Acs. que referimos, outros que se encontram na *Revista de Direito da Insolvência* n.º 2<sup>70</sup>.

E isto não obstante se entender que os Tribunais Administrativos são os competentes para conhecer da sindicância, de acordo com a CRP e a Lei, da (in)validade de todas ou algumas das medidas de resolução do Banco de Portugal (BP)<sup>71</sup>.

---

<sup>68</sup> *Vide* no mesmo sentido, e no contexto nacional de «regaste» aos Bancos (mas não se pretendendo entrar nessa ‘discussão’, até porque, o cerne da presente Dissertação é o Direito Privado, não o Público), o Ac. do STJ proferido sobre as mesmas questões – e em bom rigor, Banco/s –, no Proc. 4144/17.1T8LSB.L1.S2, em 22/11/2018, e em que se explica que: a decisão de revogação da autorização para o exercício de actividade bancária, no caso, não tinha qualquer impugnação contenciosa; e não existiria interesse no prosseguimento das Acções Declarativas pendentes, de acordo com o AUJ, para reconhecimento de direitos de crédito, já que tinham de ser reclamados, cf. se pode ver *in*: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/8feaf50e7f6af00f8025834d004f8b4b?OpenDocument>.

<sup>69</sup> Consultável através da seguinte hiperligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c98b326a8d36c85e8025824f005632e9?OpenDocument>.

<sup>70</sup> Maria do Rosário Epifânio e José Manuel Branco, ob. cit..

<sup>71</sup> *Vide* a propósito o Ac. do STJ no Proc. 19138/16.6T8LSB.L1.S2, de 25/10/2018, onde se equipara a revogação da autorização ao trânsito em julgado da sentença de Declaração de Insolvência. O processo de liquidação, em tudo o que não estiver regulado, rege-se pelo CIRE. As normas e os actos de autoridade podem ser sindicados, mas tal compete à Jurisdição Administrativa, tudo como se pode ver *at* <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/a378c26ac2f56265802583350045377a?OpenDocument&Highlight=0,19138%2F16.6T8LSB.L1.S2>.

Não sendo o caso, considera-se que por força do princípio da universalidade a acção autónoma deixa de ser o meio próprio para obter indemnização, pois a sua apreciação teria consequências no passivo da Massa Insolvente, pelo que, justifica-se aplicar a orientação do AUJ, declarando a inutilidade daquela. Ou seja, e mais uma vez, o Juízo de Comércio onde corre o Processo de Insolvência “*absorve*” a competência material dos Tribunais onde correm os processos relativos aos créditos, que (também) devem ser reclamados na insolvência<sup>72</sup>.

E se dúvidas existissem, já neste ano foi proferido outro Acórdão<sup>73</sup> em que, ademais, também é analisado o Direito da União Europeia (sendo que as normas comunitárias são integradas na ordem jurídica interna prevalecendo sobre ela<sup>74</sup>), e, e ainda assim, o AUJ é novamente aplicado.

Ora, certo é que a retirada de autorização pelo BCE implicou o dever do BP de requerer a insolvência, o que equivale à sua Declaração. Assim, só no Processo de Insolvência, e de acordo com o CIRE, podem os credores exercer os seus direitos, devendo aí reclamar os seus créditos – cf. art. 128.º, n.º 1 –, inclusive, reitere-se, já tendo sentença transitada em julgado que os reconheça<sup>75</sup>. Consequentemente, a sede própria é a de Comércio.

E assim extraímos que:

- também na liquidação / insolvência de um Banco se coloca a questão de saber se prosseguem ou não as Acções Declarativas pendentes relativas ao reconhecimento de eventuais direitos de crédito;
- a estas também se pode aplicar o AUJ n.º 1/2014;
- o processo de liquidação rege-se, subsidiariamente, pelo CIRE;

---

<sup>72</sup> Cf., e.g., Proc. n.º 18364/16.2T8LSB-A.L1.S2, em que foi proferido Ac. do STJ em 06/11/2018, disponível in [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2019/02/sum\\_acor\\_civel\\_novembro\\_2018.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2019/02/sum_acor_civel_novembro_2018.pdf), págs. 13 e 14.

<sup>73</sup> Em 29/01/2019, no Proc. n.º 18366/16.9TBLSB,L2-A.S2, consultável através do seguinte link: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/428b47a41a71b4c480258391004f8b67?OpenDocument>.

<sup>74</sup> Pelo que, nada (excepto norma hierarquicamente superior), derogaria a resolução decretada pelo BCE.

<sup>75</sup> Vide exactamente no mesmo sentido o Ac. do STJ no Proc. 18860/16.1T8LSB-A.L1.S2, de 19/06/2018, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2c44f37dc865d1d1802582ba0046016a?OpenDocument>.

- a actuação do BP pode ser judicialmente sindicada mas pela Jurisdição Administrativa;
- e o Juízo ou Secção de Comércio onde pende o Processo de Insolvência absorve a competência material dos outros Tribunais onde pendem os litígios relativos aos créditos a reclamar, em virtude do cariz universal do Processo de Insolvência, mais exactamente, da Reclamação de Créditos.

Assim, apesar de estar em causa o facto de o BP ter requerido a liquidação judicial do Banco Espírito Santo, na sequência da decisão do BCE de revogação da autorização para o exercício da actividade bancária, logo, estarmos perante matérias de Direito Público, pode aplicar-se o AUJ n.º 1/2014. E porque nos casos se tinham intentado Acções Declarativas com processo comum, em princípio não merece censura a decisão de aplicar o art. 277.º al. e) do NCPC.

Não obstante, nunca se olvide, no Ac. Uniformizador só se fala de acções para reconhecimento de direitos de crédito, pelo que, outros pedidos e/ou causas de pedir devem continuar a ser tramitados nos Tribunais competentes, obviamente, substituindo-se a parte, activa ou passiva, insolvente, que passará a ser representada pelo Administrador de Insolvência.

Consequentemente, e se esquecermos por ora se se aquilatou ou não se os créditos já haviam sido reclamados, então, compreende-se que a Declaração de Insolvência retire a utilidade<sup>76</sup> no prosseguimento das Acções Declarativas instauradas, impondo-se a respectiva reclamação no Processo de Insolvência, por aplicação do AUJ n.º 1/2014.

E também se compreende que, a admitir-se o prosseguimento daquelas acções ocorreria violação do princípio *par conditio creditorum*, pois os credores que obtivessem sentenças condenatórias poderiam ficar em situação privilegiada face aos que só reclamassem créditos, já que estes estão sujeitos a impugnação judicial de todo e qualquer credor, contrariamente àqueles – cf. art. 130.º n.º 1.

---

<sup>76</sup> Não, a nosso ver, o interesse processual (cf. considera também Catarina Serra), mas há quem discorde.

E mesmo aquilatando a eventual alteração de categoria de Tribunais, em que a competência podia ser da Jurisdição Administrativa, o que constatamos é que, ainda assim, foram seguidos os preceitos do CIRE, aplicado supletivamente, considerando-se também que as acções pendentes aquando da liquidação / insolvência de um Banco devem ser extintas, por inutilidade superveniente da lide, usando-se o mesmo AUJ, e logo, considerando-se que a sede própria dessas acções, em termos de competência material, passa a ser o Tribunal de Comércio.

Mas assim sendo, será a extinção sempre a regra?

Nalguns casos, entendemos que pode ser ordenada a remessa de determinados autos para correrem por apenso ao Processo de Insolvência, mais concretamente, nos casos em que sejam peticionados créditos após a Declaração de Insolvência mas com base em factos anteriores à mesma, desde que sejam 'reclamados' nas condições do art. 146.º do CIRE. É que, princípios estruturantes do processo civil português assim o impõem, mormente, os da economia e celeridade processuais. Com efeito, em acções instauradas em Tribunal diverso após o trânsito em julgado da Declaração de Insolvência e depois do prazo das reclamações, deve o juiz remeter os autos ao processo de insolvência, para apensação<sup>77</sup>. O art. 146º n.º 1 do CIRE prevê tal hipótese de acções a propor, também ainda destinadas a obter o reconhecimento de créditos (ou seja, acções declarativas – cf. art. 10.º, ns.º 1, 2 e 3, do NCPC), que, por via do art. 148º do CIRE, correm por apenso. E tal apensação não está sujeita a critérios de oportunidade, requerimento do Administrador de Insolvência<sup>78</sup>, ou requisição do Tribunal, estando de acordo com o n.º 2 1.ª parte, do art. 278.º, do NCPC, pelo que, poderia ser mais aplicada.

---

<sup>77</sup> Apesar de já não existirem Assentos (com força obrigatória geral, ao contrário dos Acórdãos de Fixação de Jurisprudência, na sequência do TC ter julgado inconstitucional o segmento do art. 2.º do Código Civil - CC -, na parte em que, na altura, era desconforme com o art. 115.º, n.º 5, da CRP), consideramos que o Tribunal para onde é remetido o processo ficará vinculado à decisão que lho mandou remeter, cf., e.g., Ac. do TR de Guimarães (TRG) de 18/12/2006, Proc. N.º 2107/06-1, in <http://www.dgsi.pt/>.

<sup>78</sup> Cf., *inter alia*, Ac. do Tribunal da Relação de Évora (TRE) n.º 731/12.2TBSTB-A.E1, de 21/03/2013, disponível in <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf?OpenDatabase>.

Aliás, este raciocínio até podia ser feito praticamente para todas as ‘acções’ (desde que nas condições do art. 146.º), propostas após a Declaração de Insolvência, passando a ser uma das hipóteses sempre a considerar quando se aprecie a (in)competência material de determinado Tribunal. Mas, ressalva-se, quando se diz para quase todas as ‘acções’ quer dizer-se, em 1.º lugar, que serão as propostas após Declaração de Insolvência, não as pendentes, em 2.º, quando se tratar de acções para reconhecimento de créditos, ou seja, acções declarativas segundo o art. 10.º, ns.º 1, 2 e 3, do NCPC, e que sejam sobre a insolvência, i.e., dívidas ou encargos ou créditos, não sobre a Massa Insolvente, mas sim sobre a insolvência. E com tal, evitar-se-ia uma parte – ainda que não muito significativa (em virtude das condições do art. 146.º), de acções a serem extintas, com todos os prejuízos que daí decorrem (quer para o credor como para a justiça, que se quer célere).

#### **Síntese conclusiva:**

1. As matérias do Foro Administrativo devem ser debatidas nessa sede se impugnadas;
2. Sem prejuízo, o CIRE é aplicado supletivamente no caso de liquidação de Banco, equiparada à insolvência, e o Tribunal de Comércio é o competente;
3. Em Acções Declarativas instauradas em Tribunal diverso após o trânsito em julgado da Declaração de Insolvência e ao prazo das Reclamações, deve o Juiz remeter os autos ao Processo de Insolvência, para apensação – se e cf. arts. 146º nº 1 e 148.º, ambos do CIRE, e art. 10.º, ns.º 1, 2 e 3, do NCPC;
4. Tal remessa não está sujeita a critérios de oportunidade, requerimento do Administrador de Insolvência ou requisição do Tribunal, estando também de acordo com o n.º 2 1.ª parte do art. 278.º do NCPC.

## § 7.º – Providências Cautelares

Tendo em conta o AUJ não podíamos deixar de analisar o caso particular dos Procedimentos Cautelares, em particular, os interpostos por trabalhadores<sup>79</sup>, cuja análise e conclusões podem, por argumento de maioria de razão, servir de base a outros, especificados ou não, já que, os trabalhadores pertencem a uma categoria especial de credores, e logo, se lhes é imposto a eles, *a maiori, ad minus*, aos credores comuns também.

Ademais, a análise inicial que se irá efectuar será à luz do AUJ, e segundo os preceitos do CIRE pois, se se tiver em consideração, e.g., a unidade do sistema jurídico, a solução será outra – como também veremos.

Mas primeiro, como nota prévia, temos de nos referir à relação entre os regimes recursórios civil<sup>80</sup> e laboral no que à (in)competência concerne, já que, até à alteração dos arts. 79.º, 79.º-A, e 80.º, todos do CPT, que os compatibilize com a nova redacção do art. 644.º do NCPC, consideramos que não podemos olvidar a remissão feita para o revogado art. 691.º do CPC, para efeito de aplicação daqueles<sup>818283</sup>. Assim, nos termos do

---

<sup>79</sup> Com a Lei n.º 55/2017, de 17 de Julho, é agora permitido o recurso a procedimentos não especificados.

<sup>80</sup> Cujas regulamentação adjectiva processual foi significativamente alterada com a entrada em vigor do NCPC, enquanto a processual laboral se mantém.

<sup>81</sup> Vide, neste sentido, *O regime de recursos do Código do Processo do Trabalho e o Novo Código de Processo Civil, O Novo Processo Civil, Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho*, Caderno Especial, Caderno IV, 2.ª Ed., *O Novo Processo Civil*, Lisboa, CEJ, Junho, 2014, pág. 148, do Exmo. Desembargador Eduardo Sapateiro, da Secção Social do TRL, que sustentou que ao defender a impossibilidade de conciliação entre o art.º 79.º, n.º 1, al. i), e o 644.º do NCPC, não pretendeu afirmar que na sede laboral se manteve em vigor o art. 691.º do CPC, mas apenas que tal alínea i) como que fez seu o conteúdo das als. c), d), e), h), i), j) e l), do n.º 2 do art. 691.º do CPC, revogado em 01/09/2013.

<sup>82</sup> Albino Mendes Baptista, em *A reforma dos recursos e o processo do trabalho*, publicado na Revista do Ministério Público, Ano 29, n.º 113, Lisboa, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Janeiro-Março, 2008, págs. 57 e 58, acerca da conjugação entre a reforma do processo civil de 2007 e o processo do trabalho, também foi da opinião que quando o direito adjectivo laboral não contém regulamentação específica sobre determinada matéria, ou remete para o (N)CPC (hoje, ainda, nos arts. 81.º n.º 5, e 87.º n.º 1, ambos do CPT), está sujeito às suas vicissitudes. No restante, o CPT como que se apropriou do direito adjectivo civil.

<sup>83</sup> António Santos Abrantes Geraldês, in *Recursos em Processo Civil – Novo Regime*, 3.ª Edição Revista e Actualizada, 2010, *Inclui Recursos no Processo do Trabalho – Novo Regime - Decreto-Lei n.º 295/09, de 13 de Outubro*, Coimbra, Almedina, Abril, 2010, pág. 12, quanto à reforma do NCPC e seus reflexos sobre o Processo do Trabalho, tentou conciliar, na medida do possível, o novo regime processual comum com o do



art. 629.º do NCPC, por remissão do art. 79.º do CPT, cabe Apelação e até Revista (cf. art. 671.º, n.º 2, al. a) do NCPC), na impugnação de Decisões com fundamento em violação de regras de competência absoluta (negativas, positivas, omissas ou tabelares, dado ser de conhecimento oficioso tal excepção). Por força do art. 79.º-A, n.º 2, al. b), do CPT, o n.º 4 do art. 105.<sup>84</sup>, e a al. a) do n.º 5 do art. 652.º, ambos do NCPC<sup>85</sup>, ou seja, o recente regime do NCPC sobre competência relativa, não é aplicável no quadro do foro laboral. É que, existe uma diferença substancial entre o art. 79.º-A, n.º 2, al. b), do CPT, e o art. 644.º, n.º 2, al. b), do NCPC, pois, ali alude-se à impugnação judicial da decisão que aprecie a competência do tribunal – logo, competência absoluta e relativa<sup>86</sup> –, ao passo que na nova redacção processual civil só se fala de competência absoluta. Mantém-se pois, no quadro processual laboral, a faculdade mais alargada de recurso.<sup>87</sup> Logo, continuará a recorrer-se do despacho que julgue, em termos relativos, competente ou incompetente um Tribunal, *rectius*, um Juízo ou uma Secção do Trabalho, enquanto na Jurisdição Comum, a decisão do incidente de competência relativa só será objecto de reclamação para o Presidente do TR ou do STJ<sup>889</sup>.

De permeio também importa referir que, presentemente, existem Juízos (um misto), do Trabalho, de competência especializada, cf. arts. 81.º ns.º 1 e 3 al. h), e 126.º, ambos da LOSJ, com as alterações introduzidas pela [Lei n.º 40-A/2016, de 22 de Dezembro](#), e Secções do Trabalho, por desdobramento dos Tribunais Judiciais das Comarcas, e integrando as secções de instância central, cf., e.g., art. 66.º, n.º 1, e al. g),

---

trabalho. Muito embora não concordemos totalmente com tal posição, não são de desconsiderar os seus ensinamentos, até porque, no caso, a nossa discordância não tem efeitos práticos.

<sup>84</sup> Que determina a irrecorribilidade da Decisão que aprecia a competência relativa do Tribunal.

<sup>85</sup> Regras jurídicas ‘novas’, a 2.ª das quais estatui a Reclamação para o Presidente do STJ do Acórdão da conferência que se pronuncie sobre a competência relativa da Relação.

<sup>86</sup> Como antes também se verificava na al. b) do n.º 2 do art. 690.º do CPC., e cf., a esse respeito, António Santos Abrantes Geraldês, em *Recursos em Processo Civil – novo Regime – Decreto-Lei n.º 303/07, de 24 de Agosto*, 2.ª Ed., Coimbra, Almedina, Setembro, 2008, págs. 171 e 172.

<sup>87</sup> Pelo menos, até que seja feita nova harmonização de regimes.

<sup>88</sup> Cf., respectivamente, reitere-se, arts. 105.º n.º 4, e 652.º n.º 5, do NCPC, e António Santos Abrantes Geraldês, em *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, 2.ª Ed., Coimbra, Almedina, Abril, 2014, e.g., págs. 153/4 e 155, quanto às Apelações autónomas.

<sup>89</sup> O âmbito do n.º 1 do art. 671.º do NCPC é mais amplo do que era o n.º 1 do art. 721.º do CPC, e a al. a) do n.º 2 refere-se aos acórdãos proferidos sobre incompetência relativa da Relação, em conformidade com o previsto para a incompetência relativa dos Tribunais de 1.ª instância (al. b) do n.º 2 do art. 691.º do CPC, conjugado com o n.º 4 do art. 111.º - impugnação judicial apenas num grau), regime alterado no NCPC.

respectivamente, da ROFTJ, na - 4ª versão - , a mais recente, do DL n.º 38/2019, de 18 de Março).

E referiram-se estas 2 notas prévias pois, o AUJ é utilizado não só para fundamentar a alteração de competência nas acções pendentes, como nas a intentar, num caso, eventual, de (in)competência, e de que se pode recorrer (cf. 1.ª nota supra), em 1.º lugar no Juízo ou Secção do Trabalho competente (cf. 2.ª nota supra), a não ser que se trate de um recurso *per saltum*.

Mas passando ao que mais interessa, se quanto às Providências Cautelares pendentes o ‘assunto’ já está resolvido face ao AUJ, desde que se considere que ‘acção’ inclui aquelas, quanto às a intentar não faz sentido aplicar o mesmo. E fará sentido aplicar o art. 89.º, onde também só consta a palavra ‘acção’?

Ora, de acordo, e.g., com o Ac. do STJ n.º 197/14.2TTALM.L1.S1, de 15/04/2015<sup>90</sup>, é da competência dos Tribunais do Trabalho conhecer das questões emergentes de relações de trabalho.

Contudo, “[p]raticado” (...) “o acto previsto no artigo 347.º, n.º 2, do Código do Trabalho, os encargos” (...) “projectam-se na massa insolvente,” [cf.] “artigo 51.º do CIRE.” [Assim,] “[p]roposto procedimento cautelar visando a declaração de ilicitude da cessação do contrato”, (...) “deve o mesmo correr por apenso” [cf.] “artigo 89.º, n.º 2, do CIRE, sendo a competência” [do] “Tribunal do Comércio”, (...) “alterando, por apelo à competência extensiva dos tribunais do comércio, a normal reserva de competência material do tribunal do trabalho.”

Logo, e não obstante o regime das acções relativas a dívidas do art. 89.º n.º 2 do CIRE não falar inequivocamente em providências ou procedimentos de qualquer espécie, tão-só de “acções, incluindo as executivas”, tem sido considerado que uma Providência Cautelar pode ser subsumida a tal conceito, e antes ou depois de ter sido declarada a

---

<sup>90</sup> Um dos primeiros nesta área (seguido até hoje, pelo que, optámos por não indicar um de 2018/19), in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7179b30c2a5fb01380257e300037c2b0?OpenDocument&Highlight=0,197%2F14.2TTALM.L1.S1>.

Insolvência, o que consideramos inexacto, mas que, independentemente da nossa posição, tem consequências em termos de (in)competência.

Com efeito, e por um lado, não estamos perante uma Acção Declarativa e, ainda assim, é aplicado o AUJ, e, por outro, considera-se que, ainda que indirectamente, o resultado dos Procedimentos Cautelares pode influenciar o valor da Massa Insolvente, mesmo nos casos em que se trate de uma ‘mera’ providência em que ‘só’ se requer a suspensão de despedimento. Logo, apesar do art. 89.º não abranger, ou não dever ser interpretado no sentido de abranger, as Providências Cautelares, vários Acórdãos, por analogia, ou pelo menos fazendo uma interpretação extensiva da palavra ‘acções’, consagram igualmente que os Procedimentos Cautelares devem correr por apenso aos respectivos autos.

Ora, resultando a manutenção dos contratos de trabalho após a insolvência do disposto no art. 347.º, n.º 1, do CT, por força da imposição consagrada no art. 277.º do CIRE, e a cessação dos mesmos por iniciativa do Administrador de Insolvência regulada pelos arts. 360.º e segs., e 388.º e segs., todos do CT, a compensação devida pela cessação do contrato de trabalho é qualificada como dívida da Massa Insolvente<sup>91</sup>, enquadrando-se na previsão do art. 51.º al. c) do CIRE – dívida emergente de acto de administração da Massa Insolvente –, podendo também integrar a al. d) – dívida resultante da actuação do Administrador quando essa cessação é efectuada de forma ilícita.

Como já referido muito abreviadamente, o CIRE distingue as dívidas da insolvência ou créditos sobre a insolvência, que correspondem aos créditos sobre o insolvente cujo fundamento exista à data da Declaração de Insolvência, das dívidas ou encargos da Massa Insolvente<sup>92</sup>, ou créditos sobre a Massa Insolvente, constituídas no decurso do Processo de Insolvência – arts. 47.º e 51.º. Estas são dívidas que (só) podem ser peticionadas em acção a intentar após a Declaração de Insolvência, pelo meio próprio do

---

<sup>91</sup> Cf. e.g. Ac. do TRP de 03/02/2014 no Proc. n.º 713/12.4TTMTS.P1, um crédito laboral após a Declaração de Insolvência não é de todo igual a um decorrente de uma cessação da relação laboral anterior.

<sup>92</sup> Tal é a importância e a complexidade da distinção que nem todos os operadores judiciais a distinguem, e Adelaide Menezes Leitão, em *Direito da Insolvência*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Junho, 2017, dedica-lhe um Ponto em separado, o 3.8, do Plano de Estudo, com a epígrafe, “*Dívidas da massa e créditos da insolvência.*”

art. 89.º n.º 2 do CIRE, correndo por apenso ao Processo de Insolvência. É que, os créditos a que se reportam, não podem ser reclamados pelo meio previsto no art. 128.º do CIRE, não só por óbvias razões temporais, mas também na medida em que esse meio processual apenas se destina à reclamação e verificação dos créditos sobre a insolvência. Ou seja, os créditos sobre a Massa Insolvente se não forem pagos na data do vencimento – cf. art. 172.º, n.º 3, do CIRE –, terão de ser peticionados em acção própria (declarativa ou executiva) que corra por apenso ao Processo de Insolvência – cf. art. 89.º, n.º 2, do CIRE. Nessa altura, só o Juízo ou a Secção de Comércio onde corre a insolvência terão competência para preparar e julgar tais acções – cf. art. 128.º n.º 1 al. a) e n.º 3 da LOSJ. Ou seja, a competência é retirada *ab initio* a qualquer outro Tribunal. Mas será que assim tem mesmo de ser para se julgar uma providência cautelar<sup>93</sup>, quando até o próprio princípio da universalidade / plenitude da instância foi atenuado com o CIRE?

Pela Lei (NCPC), providência e acção principal não só não têm, obrigatoriamente, que coexistir, como também não têm, desde o início, de correr nos mesmos Tribunais, pois nada impede que ocorra posteriormente apensação<sup>94</sup>, e, se não todos, pelo menos parte dos pedidos de uma Providência Cautelar podem ter o seu efeito útil normal.

Ademais, leia-se *ipsis verbis* o art. 89.º n.º 2 do CIRE, em que consta (apenas) a palavra acções<sup>95</sup>, onde se prevê a hipótese da sua propositura depois da Declaração de Insolvência, e todas destinadas a obter o reconhecimento de crédito (novamente, Acções Declarativas portanto, face ao art. 10.º do NCPC), sendo que, o legislador só acrescentou que se deviam incluir naquelas as (acções) executivas, mas tão-só, e todas se reportando a dívidas da Massa Insolvente.

---

<sup>93</sup> Que assim constituiria como que um apenso de um apenso (i.e., da Acção Declarativa que, por sua vez, constitui ou constituirá um apenso do Processo de Insolvência).

<sup>94</sup> Até porque, a simples apensação de uma acção ao Processo de Insolvência não implica que se considere automaticamente reclamado o correspondente crédito, embora se possa presumir que o mesmo é do conhecimento do Administrador da Insolvência (cfr. art. 129.º).

<sup>95</sup> Vide ainda o art. 146.º n.º 1 do CIRE, que corresponde, com poucas modificações, *ergo*, com clarificação quanto a “outros créditos”, ao art. 205.º do CPEREF, cf. Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa Anotado*, 7.ª Ed., Coimbra, Almedina, Maio, 2013, págs. 165/6.

Adicionalmente, tais dívidas também são só as que constam no art. 51.º do CIRE, onde é utilizado o vocábulo dívidas, e que, aliás, também aparece no art. 172.º do CIRE.

Acresce que, o AUJ n.º 1/2014 refere-se ao art. 85.º quanto às Acções Declarativas pendentes, e o art. 88.º às acções executivas (pendentes ou a instaurar), pelo que, podíamos inferir que um Procedimento Cautelar não se enquadrava nesses âmbitos.

Ora, e independentemente de até se poder concordar com o AUJ, no caso não estamos perante uma Acção Declarativa, e o Procedimento Cautelar também não se destina, principalmente, a obter reconhecimento de um crédito, pelo que, temos dúvidas em concordar com o entendimento jurisprudencial que o inclui nas 'acções', e que considera que os mesmos devem sempre correr por apenso.

É que, o CIRE não só não tem para as Acções Declarativas norma similar à das execuções, como tão pouco para os Procedimentos Cautelares, nem, muito menos, para aqueles processos em que se não atinjam e/ou não se apreciam questões relativas a bens compreendidos na Massa Insolvente. Acresce que, a apensação à insolvência também não é sempre oficiosa, pelo que, não se imponha invariavelmente o Tribunal de Comércio como competente para tramitar e julgar Providências Cautelares.

Ademais, no caso *sub judice* não estavam em causa apenas créditos, mas, e sobretudo, a suspensão do despedimento, e os salários que se iam vencendo após a Declaração de Insolvência, e que devem ser liquidados pela Massa Insolvente, nunca podendo, portanto, ser reclamados. Logo, a jurisprudência do AUJ não devia ser aplicável ao caso, e, conseqüentemente, também não devia existir alteração do Tribunal competente, o do Trabalho.

Mas seria de aplicar o art. 89.º do CIRE?

A tese é a de que, apesar da suspensão de despedimento ser distinta de uma dívida da Massa Insolvente, as consequências daquela projectar-se-iam nesta, logo, como nas ‘acções’ com virtualidade de onerar ou afectar a Massa Insolvente a competência tem de ser dos Tribunais de Comércio, as acções devem correr por apenso, cf. arts. 51.º, 55.º, e 89.º, todos do CIRE.

Contudo, tendo em consideração apenas os específicos preceitos do CIRE que ora importam (e que, relembre-se, nada referem quanto a Providências Cautelares), a competência material do Tribunal do Trabalho podia não ser alterada.

Com efeito, e indo à questão *decidenda*, a (in)competência<sup>96</sup>, podia pugnar-se que uma Providência Cautelar de suspensão de despedimento, cuja fundamentação da pretensão deduzida<sup>97</sup> fosse uma relação de trabalho subordinado, contra Massa Insolvente (ou seja, cuja insolvência do Empregador já foi declarada, com trânsito em julgado), poderia ser atribuída aos Juízos ou Secções do Trabalho (cf. art. 126.º b) da LOSJ), independentemente até de já terem sido reclamados créditos que, por anteriores à insolvência, aí foram peticionados.

E não somos os únicos a ter tal entendimento pois, cf., e.g., um caso de insolvência transfronteiriça, a abertura de Processo de Insolvência num Estado-membro impõe-se a todos os outros mesmo que nalgum deles tenha corrido Providência Cautelar de arresto – cf., e.g., Ac. do TRP de 18/05/2009<sup>98</sup>, no Proc. 3175/06.1TBPRD.P1.

---

<sup>96</sup> De permeio, quando estamos perante um conflito a ser dirimido pelo Tribunal de Conflitos (não é o caso mas importa ponderar, e cujos Acórdãos também estão disponíveis no *site* da Direcção-Geral dos Serviços de Informática (DGSI)), entende-se que para julgar uma Providência ou Procedimento Cautelar o Tribunal competente é, em cotejo com o Administrativo, não o de Comércio, onde correu o Processo de Insolvência, mas sim o Civil, cf., e.g., Ac. n.º 029/12, de 05/11/2013. De acordo com o Ac. n.º 016/12 de 08/11/2012, *idem*, o Tribunal é competente desde que o seja para um dos pedidos; se não o for para todos, deve aceitar a sua competência e, paralelamente, identificar o que não pode conhecer, prosseguindo assim os autos.

<sup>97</sup> Cf. art. 581.º n.º 4 do NCPC.

<sup>98</sup> Que pode ser consultado no respectivo sítio, [www.trp.pt](http://www.trp.pt).

Ademais, no CPEREF era ao trabalhador - credor que cabia requerer a apensação das acções onde se discutissem créditos que detinha sobre a Massa Insolvente, quando assim tivesse optado em alternativa à Reclamação de Créditos<sup>99</sup>.

Acresce que, por paralelismo, de acordo com o art. 85.º do CIRE só as acções em que sejam apreciadas questões relativas a bens da Massa Insolvente cujo resultado possa influenciar o seu valor, e as acções de natureza patrimonial, são, necessariamente, apensadas ao processo, desde que a apensação seja requerida pelo Administrador de Insolvência, com fundamento na sua conveniência. Por outro lado, o Juiz também só requisita os processos em que se tenha apreendido ou efectuado detenção de bens da Massa Insolvente<sup>100101102</sup>.

E nos termos do CIRE, mais concretamente, art. 89.º, só nos 3 meses seguintes à Declaração de Insolvência é que não podem ser propostas novas execuções para pagamento das dívidas da Massa Insolvente – n.º 1 –, e só as ‘acções’, incluindo as executivas, relativas às dívidas daquela, correm por apenso aos autos de insolvência, exceptuando-se até as execuções por dívidas tributárias - n.º 2.

Por outro lado, é pela lei aplicável ao contrato de trabalho que, quer os efeitos da Declaração de Insolvência quanto aos mesmos, como quanto à relação laboral, se regem, cf. dispõe o art. 277.º.

---

<sup>99</sup> Cf. Ac. do TRE de 18/11/1997, in *Colectânea de Jurisprudência*, 1997, 5.º-286, e a que se faz referência por ter sintetizado muito acertadamente o regime que então vigorava, apesar do ano em que foi proferido.

<sup>100</sup> Catarina Serra, *Lições de Direito da Insolvência*, ob. cit., pág. 198, conclui como nós, i.e., que são apensadas ao Processo de Insolvência: as Acções Declarativas pendentes respeitantes a bens da Massa Insolvente, interpostas contra o devedor insolvente e, eventualmente, terceiros, cujo resultado possa influenciar o seu valor; as acções de natureza exclusivamente patrimonial intentadas por aquele; e aquelas em que existam actos de apreensão ou detenção de bens da Massa Insolvente.

<sup>101</sup> O Administrador de Insolvência substitui o Insolvente em tais acções, independentemente de acordo da parte contrária, e até de já ter ocorrido apensação aos autos de insolvência.

<sup>102</sup> Em bom rigor, as acções a apensar ao Processo de Insolvência são as referidas nos arts. 85.º ns.º 1 e 2, 86.º ns.º 1, 2 e 3, e 89.º n.º 2. As que podem ser são as dos arts. 85.º n.º 1, e 86.º ns.º 1 e 2, e as que devem, são as que constam nos arts. 85.º n.º 1, 86.º n.º 3, e 89.º n.º 2.

Depois, há também que ter em consideração Jurisprudência que versa sobre Procedimentos Cautelares e Processo Especial de Revitalização. E.g., já se entendeu que um Processo Especial de Revitalização não pode obstar à Providência Cautelar de suspensão de despedimento, pois, por um lado, nada se mostra estabelecido nos arts. 34.º e segs. do CPT quanto a tal, e, por outro, apenas a exequibilidade da decisão poderá encontrar obstáculo face ao teor do art. 17º-E n.º 1 do CIRE, quando conjugado com o art. 39º n.º 2 do CPT<sup>103</sup>. É que, são realidades distintas: a decisão de suspensão, resultante da ilicitude; e a exequibilidade relativa às retribuições.

E a Providência Cautelar também não pode ser considerada uma acção para cobrança de dívidas ou de idêntico fim.

Acresce que, o art. 78.º n.º 1 do NCPC, aplicado supletivamente, consigna que as Providências Cautelares não têm de correr *ab initio* por apenso à devida acção principal, nada impedindo pois que o Procedimento Cautelar seja remetido ao Tribunal em que aquela seja instaurada (n.º 2 de tal norma).

E, por fim, na Providência o tribunal até não tem que se pronunciar sobre se existe ou não justa causa de despedimento. Trata-se de questão a dirimir nos autos principais<sup>104</sup>.

Assim, existem fundamentos para que se entendesse que a Providência Cautelar podia não correr logo desde o início por apenso à Insolvência. Não se pode negar.

Sucedem que, analisados o CIRE, o NCPC, o CPT, o CT, a LOSJ, e a ROFTJ, e se ponderarmos a unidade do sistema jurídico insolvencial, então, os Procedimentos Cautelares devem mesmo correr por apenso. Assim, evidente é que, o legislador disse menos do que queria dizer, pelo que, quando se lê ‘acção leia-se também acção de natureza cautelar, apesar de a interpretação que é feita da palavra ‘acção’, incluindo-as (e que leva a que as Providências Cautelares corram, não no Tribunal do Trabalho, mas no de Comércio), em

---

<sup>103</sup> Cf., entre outros, Ac. n.º 336/13.0TTSTR.E1, de 19/12/2013, do TRE, disponível no respectivo sítio.

<sup>104</sup> Cf., *inter alia*, Ac. do Tribunal da RL de 25/05/2005, no Proc. 2602/2005-4, disponível no *site* da DGSJ.



bom rigor, até pudesse não ser conforme com a CRP, por a Decisão não poder ser devidamente fundamentada (cf. art. 205.º n.º 1 *a contrario*).

Não obstante, quanto às Providências Cautelares propostas após a declaração de insolvência do empregador, relativas a relação laboral, a competência deve ser retirada ao Tribunal do Trabalho, pela apensação, vinculativa e necessária, ao de insolvência – cf. art. 89.º n.º 2 do CIRE –, gerando outra extensão da competência material do Tribunal de Comércio<sup>105</sup>.

### **Síntese conclusiva:**

1. Mesmo com a Declaração de Insolvência as Providências Cautelares não ficam impossibilitadas de alcançar, nem que seja em parte, o seu efeito útil normal;
2. Se só tivéssemos em consideração o AUJ, nas pendentes não devia ser decretada a extinção da instância por inutilidade superveniente da lide se o trabalhador não tivesse ‘reclamado’ (Reclamação de Créditos – art. 128.º –, Verificação Ulterior – art. 146.º –, ou Acção contra Massa Insolvente – art. 89.º –), alguns dos mesmos créditos na Insolvência;
3. Nas interpostas após Declaração de Insolvência também não se devia absolver logo o réu da instância, ou as ‘acções’ não deviam de imediato ser indeferidas, por se entender que o Tribunal competente é o de Comércio, pois existem fundamentos para que a apensação não seja obrigatória: letra do art. 89.º, n.º 2; vocábulo dívidas nos arts. 51.º e 172.º; epígrafe dos arts. 85.º e 88.º; art. 126.º al. b) da LOSJ; Providência Cautelar de arresto num Estado-membro impõe-se mesmo àquele em que é aberto o Processo de Insolvência Transfronteiriça; paralelismo com o art. 85.º; termos do art. 89.º; art. 277.º; um Processo Especial de Revitalização não obsta a um Procedimento Cautelar; art. 78.º

---

<sup>105</sup> Cf., e.g., Ac. do Tribunal da Relação do Porto (TRP) de 03/12/2014, no Proc. n.º 713/12.4TTMTS.P1, in <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/55c4130162739d7080257c7e004f7e6?OpenDocument>.

n.º 1 do NCPC; e, por fim, nas Providências Cautelares não se dirimem questões dos autos principais;

4. Contudo, se se tiver em consideração a unidade do regime insolvencial, esta leva a que entendamos que os Procedimentos Cautelares após a Declaração de Insolvência devem correr por apenso aos autos de insolvência, pois nessas rege o art. 89.º do CIRE e, com excepção das dívidas de natureza tributária, todas as outras acções correm por apenso; logo, o Tribunal de Comércio será o competente;

5. Sem prejuízo, relembre-se 2 notas expostas noutros itens: os trabalhadores até têm privilégio imobiliário especial sobre o imóvel onde exerciam/exerçam as suas funções; e esta categoria de credores é tratada de modo diferenciado em várias situações (só e.g., no RERE, em que todos os créditos do acordo se extinguem imediatamente, correspondam eles a processos declarativos, executivos ou cautelares), com excepção dos de natureza laboral, pelo que, o direito adjectivo laboral devia coadunar-se melhor com o substantivo;

6. *A maiori ad minus*, e no geral, o exposto pode ser aplicável a outros Procedimentos Cautelares, quer Especificados, mas em estrita conformidade com a respectiva regulamentação, como Não Especificados, cumprindo-se os correspectivos requisitos gerais, e quer na sede Laboral como Civil.

## § 8.º – Incompetência do Tribunal de Comércio

Neste, vamos debruçar-nos sobre duas das acções que, entre outras, não se inserem na competência material do Tribunal de Comércio, ou seja, iremos analisar duas de várias hipóteses em que, *a contrario* do AUJ, se considera que aquele Tribunal é incompetente para tramitar e julgar as causas.

### I – Responsabilização do Administrador da Insolvência

E começamos por uma em que, inversamente à orientação do AUJ, se considera que, inclusive no seio do Processo de Insolvência podem existir excepções, entre as quais a que consta supra, e que, só por exemplo, se encontra no Ac., também do STJ, n.º 70/13.1TYLSB-E.L1.S1, de 08/03/2018<sup>106</sup>.

Iniciando a análise, o Processo de Insolvência tem especificidades que justificam ser tramitado e julgado por um juízo especializado. Assim, embora a matéria de facto numa acção de apreciação da responsabilidade do Administrador da<sup>107</sup> Insolvência seja relativa ao incumprimento dos deveres da própria função – cf. art. 59º CIRE –, como depende da verificação de outros requisitos, de responsabilidade civil, tem-se entendido que o Tribunal competente não é o de Comércio. Logo, considera-se que tais autos deverão correr nos Juízos de Competência Genérica. Ou seja, quando se vai aquilatar a responsabilidade do Administrador da Insolvência por actos praticados no exercício das suas funções na própria insolvência, a competência tem sido atribuída ao Tribunal de Competência Genérica, e isto porque, em 1.º lugar, no art. 128.º da LOSJ nenhuma referência é feita a tal tipo de acções.

---

<sup>106</sup> Consultável através da seguinte hiperligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9689b1ac8238a3758025824a005c1b3a?OpenDocument&Highlight=0,70%2F13.1TYLSB-E.L1.S1>.

<sup>107</sup> Não de Insolvência, querendo isto dizer que se trata do Administrador da específica Insolvência.

Nestes casos, pensamos que o legislador terá dito menos do que pretendia, pois, não é apropriado que se discutam noutros autos que nada têm a ver com o Processo de Insolvência actos praticados pelo Administrador da Insolvência nele.

O argumento mais significativo é o de que na sede que se considerar competente terão de ser analisados todos os requisitos da responsabilidade civil, a que acresce o facto de que no CIRE não se encontra qualquer norma que, específica e estritamente, defina qual é o Tribunal competente nestes casos.

Contudo, o art. 59.º, n.º 1 estatui que o Administrador da Insolvência responde pelos danos causados, quer ao devedor como aos credores, e quer da insolvência como da Massa Insolvente, em virtude da inobservância culposa dos deveres que lhe incumbem<sup>108</sup>.

Mas é só, ou seja, no CIRE também não se encontram normas que definam qual o Tribunal competente para ajuizar as acções relativas à responsabilidade civil daquele, não existindo igualmente regra que determine que as mesmas correm por apenso ao Processo de Insolvência. *A contrario*, o n.º 5 do art. 82.º estabelece que as acções contra o Administrador da Insolvência, destinadas à indemnização dos prejuízos causados aos credores da insolvência pela diminuição do património da Massa Insolvente, só podem ser propostas pelo Administrador da Insolvência que suceda ao anterior, correndo por apenso - n.º 6. Assim, apesar de não se tratar de matéria penal, em que a analogia não é admitida, não é possível alargar tal hipótese às demais acções de responsabilidade civil do Administrador da Insolvência. Aliás, se a regra fosse a de que os processos devessem correr por apenso ao Processo de Insolvência, o legislador não teria tido a necessidade de o consagrar expressamente na hipótese referida (citado n.º 5). Logo, e em princípio, a tramitação e julgamento de tais causas deve ocorrer no Tribunal Cível de competência genérica, face à sua competência residual.

---

<sup>108</sup> À semelhança do *bonus pater familias*, a sua culpa é apreciada pela diligência de um Administrador de Insolvência criterioso e ordenado.

Com efeito, e aliás, o STJ até já se havia pronunciado no mesmo sentido noutros casos, ou seja, pela incompetência material do Juízo de Comércio para apreciar acções respeitantes à responsabilidade civil do Administrador da Insolvência. Assim, já se entendeu por diversas vezes que não se via fundamento para fazer outra interpretação que considerasse que deviam ser apenas aos autos de insolvência as acções *in casu*, pela prática de actos ilícitos do Administrador da Insolvência, se ao mesmo só lhe é imputada responsabilidade pessoal pelos danos emergentes daí decorrentes<sup>109</sup>.

Mais, o CIRE indicou os processos que deviam ser autuados por apenso, e este não foi um deles.

E apesar do disposto no art. 59.º, com regras próprias para a responsabilidade do Administrador da Insolvência, o legislador assumiu opções <sup>110</sup>, e a acção *sub judice* não foi uma das que considerou que devia correr no âmbito do Processo de Insolvência, nem, inclusive, na Secção ou Juízo de Comércio.

Obviamente, esta solução não é a que melhor se ajusta aos princípios da economia processual, nem, tão pouco, a que poderá levar à melhor Decisão, por quase totalmente independente do Processo de Insolvência.

Por outro lado, aquilatar a competência do Juízo<sup>111</sup> de Comércio é aquilatar a competência de um juízo de competência especializada, face às particularidades dos autos de insolvência, mormente, intervenientes e urgência, justificando-se assim que seja um juízo especializado, e não um juízo de competência genérica, a tramitar e julgar

---

<sup>109</sup> Cf., e.g., Ac. do STJ de 16/06/2017, proferido no Proc. n.º 4559/14.7T8CBR-E.S1, relatado pelo Exmo. Conselheiro Salazar Casanova, disponível no respectivo sítio.

<sup>110</sup> Tudo como se pode confirmar através da seguinte ligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9689b1ac8238a3758025824a005c1b3a?OpenDocument&Highlight=0,4559%2F14.7T8CBR-E.S1>.

<sup>111</sup> Não o Juízo Competente, cf. também se distingue noutros ordenamentos jurídicos, máxime o Brasileiro. Vide, a este propósito, págs. 928 e ss. de *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em Homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*, 1.ª Ed., Organização: Ivo Waisberg e José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, São Paulo, Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2017, ISBN 978-85-69419-24-2.

tais autos, até para evitar casos julgados contraditórios, já para não falar da eficiência técnica.

Claro é que, se todos os credores decidirem, individual e sequencialmente, intentarem acções de responsabilização contra o Administrador da Insolvência, a celeridade desejada ficará comprometida, mas o mesmo se pode dizer no que respeita à impugnação dos créditos reconhecidos e não reconhecidos. Qualquer credor está sujeito a que o seu crédito seja posto em causa, nem que seja no que respeita à contabilização dos juros, pelo que, argumentar nesse sentido é um não argumento.

Independentemente, temos de dizer que, actualmente, se numa acção de apreciação da responsabilidade do Administrador da Insolvência a atribuição da indemnização depender da verificação de outros requisitos de responsabilidade civil, não de natureza insolvencial<sup>112</sup>, mas de direito civil, deverá correr termos nos Juízos de Competência Genérica. Ou seja, acaba por concordar-se com a Jurisprudência referida, no sentido em que não cabe efectivamente ao Juízo de Comércio a competência para apreciar tais acções, mas antes aos Juízos Cíveis.

Mas não se entende, e não é a Jurisprudência, é mesmo a lei, até porque, relembre-se, em recente Ac. de 04/04/2017<sup>113</sup>, no Proc. n.º 1182/14.0T2AVR-H.P1, já se considerou que exigir a instauração de uma acção de responsabilidade civil fora da Insolvência contra o Administrador da própria, constitui violação do princípio da tutela jurisdicional efectiva, e concordamos.

Ademais, o Tribunal de Comércio / de Declaração de Insolvência já aprecia outras matérias que podiam não ser da sua competência. Assim, cremos que no caso deveria ocorrer uma alteração legislativa, para que a competência material venha a ser daquele.

---

<sup>112</sup> Maria do Rosário Epifânio, ob. cit., fala do “*princípio da exclusividade da instância insolvencial*.”

<sup>113</sup> In *Revista de Direito da Insolvência* n.º 2, ob. cit., referida pág. 180.

### **Síntese conclusiva:**

1. *Ex adverso*, na responsabilização do Administrador da Insolvência por actos praticados no próprio Processo não se aplica o AUJ, por tal depender da apreciação de requisitos de responsabilidade civil;
2. E o Tribunal é o de Competência Genérica, o que constitui excepção à competência extensiva do de Comércio;
3. Pois não se plasmou (quer na LOSJ como no CIRE), que a competência era do mesmo;
4. Mas devia ser;
5. Aliás, cf. Ac. do STJ de 04/04/2017 supramencionado, já se entende que exigir-se a instauração de acção de responsabilidade civil contra o Administrador da Insolvência fora dos respectivos autos viola o princípio da tutela jurisdicional efectiva.

## **II – Incumprimento de Plano de Recuperação**

Ao Processo Especial de Revitalização, que está regulado nos arts. 17.º-A e segs. do CIRE, são aplicáveis, por remissão ou subsidiariamente, as disposições do Processo de Insolvência, dada a sua qualificação como processo especial relativamente àquele<sup>114</sup>. Por sua vez, o NCPC aplica-se subsidiariamente ao Processo de Insolvência, nos termos do art. 17.º do CIRE, e também se justifica aplicar o NCPC àquele Processo Especial, uma vez

---

<sup>114</sup> Cf. e.g., pág. 236, de *Efeitos Processuais da Abertura do Processo de Revitalização*, de Isabel Alexandre, in *II Congresso de Direito da Insolvência*, Coordenação Catarina Serra, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Fevereiro, 2014.

que, em bom rigor, o Direito Processual Civil constitui direito subsidiário em qualquer processo judicial<sup>115</sup>.

Ora, se não se olvidar a aplicação subsidiária dos preceitos do CIRE ao Processo Especial de Revitalização, de tal decorreria, obviamente, a competência dos Tribunais de Comércio quanto à questão *sub judice*.

Contudo, se desconsiderarmos tal, cf., entre muitos outros, Ac. do STJ n.º 5874/15.8T8LSB.L1-A.S1, de 01/06/2017<sup>116</sup>, acerca de incumprimento de respectivo Plano de Recuperação, é considerado o Foro Civil como o competente pois, sendo certo que é aos Juízos ou às Secções de Comércio que é atribuída competência para apreciar os Processos Especiais de Revitalização, certo é que a respectiva regulamentação não prevê qualquer preceito destinado a verificar o (in)cumprimento daquele.

Acresce que, tal hipótese também não se integra no previsto no art. 128º da LOSJ, pelo que, sendo a competência residual do Juízo ou Secção Cível, seria aos mesmos que devia ser atribuída.

Ora, apurar de quem é a competência para conhecer de incumprimento de Plano de Recuperação, só tendo em consideração a letra da lei, mais concretamente, o constante dos vários artigos 17.º do Processo Especial de Revitalização, é ‘fácil’, pois, outra não pode ser do que o Tribunal Cível. Com efeito, pela mesma, mais propriamente pelo art. 17.º-J n.º 1 do CIRE, com o encerramento do processo encerra-se tudo, logo, o que ocorre após é da competência do Foro Civil<sup>117118</sup>.

---

<sup>115</sup> *Idem*, pág. 238.

<sup>116</sup> Disponível para consulta através da seguinte ligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/213dfd297a5729a380258133002fa8b1?OpenDocument&Highlight=0,5874%2F15>.

<sup>117</sup> Cf., e.g., Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, que em *Direito da Insolvência*, 8.ª Ed., Coimbra, Edições Almedina, S.A., Junho, 2018, na pág. 352, refere que o Processo Especial de Revitalização é considerado encerrado aquando do trânsito em julgado da homologação do Plano de Recuperação ou, nos casos em que não tenha sido aprovado ou homologado, após o cumprimento dos n.ºs 1 a 5, do art. 17.º-G, do CIRE.

<sup>118</sup> E isto não obstante, com a nova redacção do art. 17.º-F, do DL n.º 26/2015, de 06 de Fevereiro, do DL n.º 79/2017, de 30 de Junho, e com a Retificação n.º 21/2017, de 25 de Agosto, em particular do n.º 12, se



Contudo, não se justifique tal com base em não se poder alargar tanto a competência dos Tribunais de Comércio sob pena de ficarem sobrecarregados, pois esse, é um não argumento. Já os relativos ao facto de, nem no art. 128.º da LOSJ, nem no CIRE, no que se refere ao Processo Especial de Revitalização, na altura não existir qualquer preceito que, directa ou indirectamente, tivesse relação com tal pretensão, nos merece mais acolhimento.

Certo é que se tem verificado uma evolução nas leis de organização judiciária com introdução da especialização, *in casu*, primeiro com a criação de tribunais com competência na área da insolvência e recuperação de empresas, e depois, de tribunais ou secções de comércio com competência mais ampla. Contudo, pelo art. 128.º da LOSJ a competência não se estende a todas as questões, objectiva ou subjectivamente, daquelas.

A opção do legislador foi, para além de referir taxativamente, as específicas acções que têm de ser interpostas nos Juízos ou Secções especializadas, limitar-se a estender a respectiva competência aos incidentes e apensos de todos e cada um desses processos, bem como, aos de execução das respectivas decisões.

É que, um dos outros objectivos ao serem criados tais ‘Tribunais’, também era, e é, uma resolução mais célere dos respectivos litígios, não a atribuição de uma tamanha competência que abarque todo e qualquer litígio relacionado com as concretas acções aí elencadas, daí que, não se deva ampliar a competência circunscrita.

São diversificadas as razões para delimitar a competência, e, de facto e de direito, nenhuma abarca a acção ora sob escrutínio. *A contrario*, a amplitude da norma em aberto do n.º 3 do art. 128.º da LOSJ não é clara.

---

ter consagrado que “[é] aplicável ao Plano de Recuperação o disposto no n.º 1 do artigo 218.º”, que versa sobre o incumprimento, ou seja, que estabelece que a moratória ou o perdão previstos naquele ficam sem efeito, em resumo: a) quando o devedor se constitua em mora; b), se antes de findo o Plano de Recuperação o devedor for declarado insolvente. Sem prejuízo, realce-se, tais consequências deverão ser aquilatadas num novo processo.

Na altura<sup>119</sup>, aquilatar tal também passava por apurar se o Processo Especial de Revitalização admitia ou não incidentes processuais, bem como, se a acção *in casu* era susceptível de caber no âmbito dos trâmites do mesmo. Quanto a esta última parte (que é a que nos interessa), considera-se que não, pelo que, e por mais estranho que pareça<sup>120</sup>, tratava-se de acção que parecia apresentar “*autonomia*” quanto ao Processo Especial de Revitalização e, assim, o incumprimento do Plano de Recuperação não bastava para que procedesse a excepção de incompetência material do Juízo ou Secção Cível, nos termos do n.º 3 do art. 128.º da LOSJ.

Neste conspecto, acabaríamos por ter uma posição muito rectilínea, ou seja, se um Processo Especial de Revitalização foi encerrado com homologação judicial<sup>121</sup> do Plano de Recuperação, por aprovado pelos credores, não está prevista a sua reabertura *tout court*, isto é, seja para o que for<sup>122</sup>, mormente para verificar se e como foi cumprido, ou alguma outra situação, sem prejuízo da hipótese de requerer, em processo autónomo, a insolvência, caso ocorra mesmo incumprimento<sup>123</sup>, e exista algum dos factos-índices do CIRE.

Assim, a competência para a respectiva apreciação inscrever-se-ia na esfera Civil, apesar de, à partida, tudo indicar para que a competência fosse dos Juízos ou Secções de competência especializada.

---

<sup>119</sup> Note-se, o Ac. que se referiu foi proferido em 01/06/2017, e então ainda nem sequer haviam sido publicadas as últimas alterações mais relevantes (referidas supra), ao Processo Especial de Revitalização.

<sup>120</sup> Artur Dionísio Oliveira, no seu artigo *Os efeitos processuais do PER e os créditos litigiosos*, fala, inclusive, da necessidade de redução teleológica, na pág. 223, do Livro do *III Congresso de Direito da Insolvência*, Coordenação Catarina Serra, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Dezembro, 2015.

<sup>121</sup> Nuno Salazar Casanova e David Sequeira Dinis, antes das últimas alterações ao Processo Especial de Revitalização, consideraram que o devido período de suspensão devia ser estendido até à decisão judicial de homologação, bem como que, no art. 17.º-E n.º 1, o legislador tinha dito menos do que queria dizer (e não foi caso único, como já vimos), tudo na pág. 107 de *PER, O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1.ª Ed., Março, 2014. Entretanto, o artigo *in casu* foi alterado – [DL n.º 79/2017, de 30/06](#).

<sup>122</sup> Como considera, e.g., Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *A Recuperação Económica dos Devedores. RERE, PER, PEAP, PLANO DE INSOLVÊNCIA, PLANO DE PAGAMENTOS E EXONERAÇÃO DO PASSIVO RESTANTE*, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Janeiro, 2019, na pág. 105.

<sup>123</sup> Porque se não existir, o credor encontra-se vinculado ao Plano de Recuperação, logo, não pode requerer a insolvência.

Entretanto, com o [DL n.º 79/2017, de 30/06](#), surgiu uma nova redacção do art. 17.º-F, que, mormente no n.º 12, remete para o n.º 1 do art. 218.º, ambos do CIRE, contudo, é tudo, ou seja, apenas se estatui que, salvo disposição em contrário no Plano de Insolvência, a moratória ou o perdão ficam sem efeito, em suma, em caso de mora ou, obviamente, se existir Declaração de Insolvência do devedor noutro processo, pelo que, tal, por si só, em nada altera o exposto<sup>124</sup>.

Com efeito, antes da introdução do n.º 12, do art. 17.º-F, que prevê que é aplicável ao Processo Especial de Revitalização o n.º 1 do art. 218.º do CIRE, já a Jurisprudência considerava tal aplicação<sup>125</sup>, e que o incumprimento não consubstanciava *per se* facto-índice, nada sendo dito quanto à sede própria para se discutir o mesmo. Assim, manter-se-ia a nossa opinião quanto à competência, não fora, relembra-se, a aplicação subsidiária do regime do Processo de Insolvência àquele. Assim,

#### **Síntese conclusiva:**

1. Conforme anterior item, o mesmo se diz, *mutatis mutandis*, nos casos de Incumprimento de Plano de Recuperação no âmbito do Processo Especial de Revitalização, em que a competência material é atribuída ao Foro Civil;
2. Pois o CIRE não contém qualquer norma que, directamente, tenha relação com tal;
3. Sem olvidar, agora, a aplicação das consequências do n.º 1 do art. 218.º – *ex vi* n.º 12 do art. 17.º-F;

---

<sup>124</sup> Cf., também, Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, in *A Recuperação Económica dos Devedores*, ob. cit., págs. 48 a 51.

<sup>125</sup> Cf., e.g., *Revista de Direito da Insolvência* N.º 1, Abril, 2017, num texto sobre *O Processo Especial de Revitalização no espaço de conexão da jurisprudência dos tribunais comuns e dos tribunais tributários*, de Anabela Russo, e Maria de Fátima Reis Silva, na pág. 154, é referido que no Ac. do TRG de 09/03/2017, relatado pela Exma. Desembargadora Maria Purificação Carvalho, já se considerava que ao Processo Especial de Revitalização se aplicava o art. 218.º do CIRE, bem como, que o seu incumprimento não integrava o facto-índice da al. f) do art. 20.º do CIRE, relativo ao incumprimento não de quaisquer planos, mas sim, do de insolvência.

4. Assim, em processo encerrado com homologação judicial de plano não foi prevista reabertura;
5. Sem prejuízo de poder ser requerida insolvência, em processo autónomo, caso se verifique algum/uns dos factos-índices previstos no CIRE, pois o incumprimento, *per se*, até não é suficiente;
6. Mas isto tudo apenas caso se desconsidere a aplicação subsidiária dos preceitos do Processo de Insolvência ao Especial de Revitalização, pois, *ex adverso*, evidente é que de tal decorre a competência dos Tribunais de Comércio.

## § 9.º – Pedidos de Indemnização Civil

Neste âmbito, vamos partir, muito *per summa capita*, dos Acs. do STJ no Proc. 100/12.4EALSB.G1-A.S1, proferidos, primeiro, em 17/05/2017<sup>126</sup>, e depois, em 26/09/2018<sup>127</sup>, em conjugação com a chamada “*impossibilidade do uso optativo do processo civil por parte do lesado*”<sup>128</sup>, com longa tradição no nosso Processo Penal, para que possamos formular a nossa opinião.

No 1.º dos Recursos Extraordinários de Fixação de Jurisprudência, quanto à Competência da Secção Criminal para decidir divergência (antinomia) das Relações sobre a mesma questão fundamental de direito<sup>129</sup> acerca da utilização ou não do AUJ n.º 1/2014 na sede criminal, mais propriamente, aos Pedidos de Indemnização Civil, *primo* foi decidido de quem era a competência<sup>130</sup> para conhecer do próprio Recurso, tendo sido considerado que a secção criminal do STJ era competente<sup>131</sup>.

Neste particular apenas referimos que, a organização das secções do STJ parte da competência em razão, também e precisamente, da matéria – secções cíveis, secções criminais e secção social –, e o Pleno das secções, como formação específica e autonomia

---

<sup>126</sup> Disponível para consulta através da seguinte hiperligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ffb5f6eaabe4affc802581250050832e?OpenDocument>

<sup>127</sup> Também disponível para consulta através da seguinte ligação: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c73df802c6ae2b2e8025831900354e8c?OpenDocument>

<sup>128</sup> Como em 1978, Jorge Leite Areias Ribeiro de Faria, em *Indemnização por Perdas e Danos arbitrada em Processo Penal – O chamado Processo de Adesão*, Coimbra, Livraria Almedina, 1978, pág. 121, a apelidava.

<sup>129</sup> No sentido em que o Exmo. Prof. Doutor Miguel Teixeira de Sousa, in *Estudos sobre o novo Processo Civil*, 2.ª Ed., Lisboa, Lex, 1997, págs. 556 e 567, já então apontava, ou seja, tem de se tratar de fundamento que condicione “*de forma essencial e determinante*” a Decisão.

<sup>130</sup> Relembre-se, o 1.º item da presente Dissertação, ainda que a matéria de competência que se analisou tenha sido a estritamente necessária para o enquadramento dos restantes itens.

<sup>131</sup> Podia ter-se entendido que a fixação de jurisprudência era sobre matéria cível, pelo que, declarava-se a incompetência das Secções Criminais – cf. art. 32.º, n.º 1, do Código de Processo Penal (CPP). Em consequência, seria de remeter o processo à distribuição pelas Secções Cíveis, nos termos do art. 33.º, n.º 1, do CPP. Contudo, como o AUJ tratou de matéria que pode ser transversal a diversos ramos do Direito, sobretudo adjectivo, cremos que se decidiu bem.

para determinadas questões, tem competências materiais próprias, mormente, uniformizar a jurisprudência segundo a sua especialização, o que fez.

Fixada a competência<sup>132</sup>, no 2.º Recurso Extraordinário de Fixação de Jurisprudência<sup>133</sup> foi entendido que “[a] *insolvência do lesante não determina a inutilidade superveniente da lide do Pedido de Indemnização Civil deduzido em processo penal*”, ou seja, verificar-se-ia aqui mais outra excepção à regra geral da competência dos Tribunais de Comércio, e do carácter universal do Processo de Insolvência / da Reclamação.

Mas existe quem entenda exactamente o contrário (*vide*, e.g., no próprio Acórdão, os votos de vencido).

Ora, em princípio, no processo penal devem resolver-se todas e quaisquer questões que interessem à decisão da causa (cf. art. 7.º, n.º 1, do CPP), face a pedido de indemnização decorrente da prática de um crime que corra em sede penal, de acordo com as suas regras.

*A contrario*, o AUJ n.º 1/2014 tinha um âmbito muito particular, não se referindo de todo à situação *in casu*, nem à hipótese do Juiz da Insolvência poder analisar um crime e os seus elementos típicos, por competência por conexão e/ou extensão da mesma.

Depois, se é certo que a indemnização de perdas e danos decorrentes do crime é regulada pela lei civil – cf. art. 129.º do Código Penal (CP) –, o mesmo não se pode dizer

---

<sup>132</sup> Mas, e.g., segundo o voto de vencido do Exmo. Conselheiro Raúl Borges, também foi entendido que a competência para decidir da (in)competência devia ser das Secções Cíveis (enfim, os conflitos de competência são infundáveis...). Ou seja, até a (in)competência das Secções Cíveis ou Criminais do STJ para aquilatar se um Pedido de Indemnização Civil, enxertado numa acção penal, em que o Demandado é declarado insolvente, está ou não sujeito à aplicação do AUJ n.º 1/2014, não foi e é consensual: uns entendiam que se tratava de uma questão meramente civil, logo, só as respectivas Secções seriam competentes; outros consideraram que se tratava de uma questão transversal – como entendemos –, pelo que, as Secções Criminais também podiam pronunciar-se sobre o assunto.

<sup>133</sup> Tal fixação em sede penal não tem as mesmas consequências que em sede civil, cf. art. 445.º n.º 3 do CPP, ou seja, não constitui jurisprudência obrigatória para os tribunais judiciais, ainda que estes devam fundamentar a Decisão se divergirem daquela.

quanto às regras adjectivas, cujas especificidades estão no CPP, e que *ab initio* impõem que as deduções em separado sejam feitas apenas nos termos do art. 72.<sup>o</sup><sup>134</sup> do mesmo.

Ou seja, o Pedido de Indemnização Civil enxertado no processo penal constitui um pedido de reparação de todos os danos emergentes da prática do facto criminoso, impondo-se um sistema de adesão obrigatória, pelo que, a consagração de uma excepção por meio jurisprudencial constituiria violação do princípio da legalidade criminal, com consagração constitucional no art. 29.<sup>o</sup> da CRP. Adicionalmente, também seria posto em causa o art. 20.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 1, que assegura a todos o acesso ao direito e o recurso aos tribunais para defesa de direitos e interesses, mesmo que no fim ocorra extinção do procedimento criminal, pois, no caso, até é indiferente – como veremos a seguir.

Ademais, propor 2 processos judiciais também seria descabido porque, é a própria conexão entre os dois ilícitos (da responsabilidade civil e da criminal), que emerge da unidade do facto que as gera, e que fundamenta a apreciação em conjunto das 2 questões.

Acresce que, com o art. 129.<sup>o</sup> do CP o legislador pretendeu remeter a discussão do pedido e/ou causa de pedir para o disposto no art. 483.<sup>o</sup> do CC, onde se regula a responsabilidade civil extracontratual por factos ilícitos.

*Ex adverso*, bem se sabe que os efeitos da insolvência têm sempre subjacente o princípio *par conditio creditorum*. E por isso se estatui o que se estatui no art. 85.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 1, bem como, no art. 89.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 2, ambos do CIRE. E também por isso a Doutrina foi considerando que se devem apensar apenas determinadas ‘acções’. O problema era – e é –, aquelas que o não sejam. Quanto a essas, no AUJ considerou-se que deve ser declarada a inutilidade, por já não ser possível retirar da Decisão qualquer efeito útil<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> O lesado é obrigado a aceitar o desvio às regras gerais da competência do Juiz penal, que deve conhecer também do Pedido Cível.

<sup>135</sup> Porque já não é possível dar satisfação à pretensão, ou por o fim já ter sido atingido, cf. também entende Catarina Serra, *Lições de Direito da Insolvência*, ob. cit., pág. 200.

Assim, deve o AUJ ser aplicado *in casu*? Por analogia, óbvia e legalmente, não. E ademais porque, só estaremos perante uma acção a reconhecer o direito, e outra a reclamar o crédito resultante daquele direito – esta sim a ser intentada no Processo de Insolvência, já sem violação do princípio da adesão. Se se entendesse *a contrario* resultaria que, declarada a inutilidade superveniente da lide e a concomitante incompetência, o Pedido de Indemnização Civil correria na insolvência sem se saber se havia ou não obrigação de indemnizar e sem se provar a prática de facto ilícito e típico. E mais: caso o lesante deixasse de estar insolvente e fosse encerrado o processo, a extinção determinaria a impossibilidade de nova dedução de Pedido de Indemnização Civil, uma vez que já tinha sido proposto – cf. arts. 71.º e ss. do CPP. Aliás, tal até constituiria uma incongruência com o próprio Processo de Insolvência no seu sentido lato, pois, mesmo quando ocorra exoneração, não são extintos os créditos de indemnização que derivem da prática de factos ilícitos dolosos<sup>136</sup> – cf. art. 245.º n.º 2 al. b) do CIRE.

Logo, atento o referido princípio – de adesão –, quem for titular de direito a indemnização tendo por fundamento a prática de um crime só na sede penal poderá obter o reconhecimento do seu direito, e, consequentemente, determinado o *quantum* daquela pelos prejuízos sofridos – cf. arts. 71.º a 84.º, do CPP. Só após é que se sabe qual o crédito de onde surge tal obrigação. E tão-só quando a mesma não seja cumprida, e ocorra o vencimento<sup>137</sup>, pode o credor reclamá-lo no Processo de Insolvência, ainda dentro do prazo fixado na respectiva Sentença de Declaração, ou, posteriormente, até ao encerramento do processo (tudo cf. arts. 1.º, 3.º, 47.º, 90.º, 128.º, 146.º n.º 1, e 230.º).

E assim, concluímos que a Declaração de Insolvência do lesante / demandado não tem por si só como consequência a apensação dos autos penais, *rectius*, do Pedido de Indemnização Civil aos de insolvência. A apensação limita-se assim às ‘acções’ referenciadas nos artigos já aludidos do CIRE e da LOSJ, que serão julgadas pelo Tribunal de Insolvência, e cuja competência não é extensível àquele. É que, o Pedido de

---

<sup>136</sup> *Apud* Luís Alberto Carvalho Fernandes e João Labareda, no sentido em que só se abrangem factos com as referidas ‘qualidades’, e só ilícito extracontratual, cf. *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.ª Ed., Lisboa, Quid Juris, 2013, pág. 919 - Obra consultada, Junho, 2015.

<sup>137</sup> Quando o crédito for líquido, o que implica que o Pedido de Indemnização Civil seja julgado procedente, logo, o vencimento dá-se após a citação, a partir da qual o devedor se constitui em mora (cf. art. 805.º, n.º 3, do CC).



Indemnização Civil deduzido em sede penal, e cuja competência para tramitação e Julgamento pertence ao respectivo Tribunal, não é equiparável a uma acção de reconhecimento de crédito, objecto do AUJ, pelo que, tal Declaração não gera a inutilidade superveniente do Pedido enxertado no processo criminal.

Em suma, existem razões de ordem material e formal que impõem a conexão e a adesão obrigatórias. *A contrario*, não existem razões tão ponderosas que impeçam o prosseguimento de tal Pedido, ou a sua dedução posterior contra o Arguido / Demandado insolvente. Porém, o Demandante que seja credor sempre terá de reclamar o seu crédito no Processo de Insolvência, o que então garantirá a igualdade de todos os credores perante uma insuficiência de património do devedor, pelo que, esta opção não colidirá com a natureza e fundamento de tal Processo (liquidação de todo o património do Insolvente e repartição do produto obtido por todos os credores).

Consequentemente, o conhecimento da causa cível no processo penal, nos casos de responsabilidade civil emergente de facto criminal, compete aos Tribunais Criminais, e quer o Pedido de Indemnização Civil já tenha sido deduzido ou venha a ser após a Declaração de Insolvência (neste último caso, podendo ser utilizado o art. 146.º ns.º 1 e 2 2.ª parte, nas condições das alíneas a) e b), do CIRE). Logo, o fixado no AUJ não é aplicável nesta sede.

#### **Síntese conclusiva:**

1. Quanto aos Pedidos de Indemnização Civil a Jurisprudência divide-se:
2. Alguns concluem que a lide é inútil – cf. art. 277.º al. e) do NCPC, *ex vi* art. 4.º do CPP –, pois o reconhecimento do crédito do Demandante tem sempre que ter lugar no Processo de Insolvência – cf. art. 128.º, n.º 3;

3. Outros – que acompanhamos –, consideram que as regras adjectivas penais (mormente o princípio da adesão – cf. arts. 71.º e 72.º n.º 1, do CPP), e da CRP – máxime os arts. 20.º n.º 1, e 29.º –, não podem ser preteridas;
4. Acresce que, a acção penal tem sempre de prosseguir para conhecimento do crime e seus autores;
5. Assim, e na sequência de anterior juízo conclusivo *a contrario*, o AUJ não pode ser aplicado no âmbito da responsabilidade delitual/aquiliana;
6. É que, o Pedido de Indemnização Civil não é igual a uma Acção Declarativa, nem um Demandante ao Requerente ou Autor em processo civil, nem, tão pouco, o reconhecimento de crédito se pode subsumir a uma reclamação de créditos;
7. A Declaração de Insolvência do responsável civil não tem assim por efeito a apensação do Pedido de Indemnização Civil, a qual se limita às ‘acções’ já caracterizadas nos termos do CIRE e da LOSJ;
8. Logo, a alteração da competência material também não se alarga ao Processo Penal;
9. Pois, existe interdependência das acções criminal e cível (apesar da independência substantiva, existe dependência processual);
10. Logo, os autos criminais, *rectius*, o Pedido de Indemnização Civil deve continuar a correr termos na sede própria, o Criminal, substituindo-se o Insolvente pelo Administrador de Insolvência;
11. E através dos arts. 128.º e 146.º e segs. a igualdade dos credores será acautelada.

## § 10.º – Acções no CIRE a que não se aplica o AUJ

Nomeada mas não exaustivamente, nos termos do n.º 2 do art. 87.º do CIRE as acções arbitrais pendentes prosseguem os seus termos, e não existe alteração do Tribunal competente, independentemente do Insolvente ser sujeito activo ou passivo. Com efeito, não ocorre apensação aos autos de insolvência uma vez que a natureza das acções arbitrais assim o impede. Logo, o Administrador de Insolvência substitui o Insolvente nessas acções. Quanto às convenções arbitrais, ficam suspensas na sua eficácia<sup>138</sup>.

*Mutatis mutandis*, o mesmo se diz quanto às acções de impugnação pauliana<sup>139</sup> – cf. art. 127.º n.º 2<sup>140</sup>. E não se descure, o processo de insolvência não garante a satisfação do crédito, e a pessoa colectiva não é extinta, apenas ocorre a liquidação do seu património até ao pagamento da totalidade dos créditos.

### Síntese conclusiva:

1. Todas as ‘acções’ que estejam concreta e especificamente reguladas no CIRE quanto ao seu prosseguimento ou não e/ou apensação ou não, regem-se pelas respectivas disposições, não se aplicando o AUJ;

---

<sup>138</sup> Desde que o seu resultado possa influenciar o valor da Massa Insolvente, e ressalvando o disposto em tratados internacionais. O mesmo se diz caso os processos já estejam a correr termos, cf. pág. 100 de *OS EFEITOS JURÍDICOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA*, de Lurdes Dias Alves, Lisboa, Quorum, Novembro, 2014. O art. 87.º foi alterado pelo [DL n.º 79/2017, de 30/06](#), que modificou a redacção do n.º 2, mantendo que os processos pendentes prosseguem, sem prejuízo, se possível, do n.º 3 do art. 85.º e n.º 5 do art 128.º.

<sup>139</sup> Vide, a este respeito, *Um confronto entre a resolução em benefício da massa insolvente e a impugnação pauliana*, de Maria de Fátima Ribeiro, págs. 131 e ss., do Livro do IV Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação Catarina Serra, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Setembro, 2017.

<sup>140</sup> *Idem* Luís Manuel Teles de Menezes Leitão, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, ob. cit. pág. 161.

2. Este surgiu para suprir uma lacuna, o que não é o caso, e.g., das acções arbitrais (art. 87.º n.º 2), e das acções de impugnação pauliana (art. 127.º n.º 2), que não são apenas aos autos de insolvência mas cuja pendência é regulada, e de todas as restantes que constam no CIRE em que também foi criado um regime especial.

## **§ 11.º – Outras Acções a que não se aplica o AUJ**

Depois de uma fase inicial de aplicação do AUJ a quase todo o tipo de ‘acções’, o que se verifica, da análise jurisprudencial exaustiva que fizemos, é que agora mais se pondera.

Assim refere-se, a título meramente exemplificativo, a Revista n.º 303/12.1TBSPS.C1.S1 - 1.ª Secção, de 24/10/2017<sup>141</sup>, onde se concluiu que o AUJ não é aplicável, e.g., à acção sub-rogatória, do art. 1041.º do NCPC, proposta por credor do repudiante insolvente, pois, evidente é, não faria sentido que assim fosse, sob pena de se comprometer os seus direitos.

E independentemente de já existir ou não Jurisprudência, uma coisa é certa: uma acção sobre o mérito que tem por objecto um pedido de reconhecimento de crédito é distinta de uma que visa a sua cobrança coerciva. Se o visar, não pode prosseguir sem ser no âmbito do Processo de Insolvência, pois nenhum credor pode ser prejudicado / beneficiado. Se não, enquanto o crédito não for verificado e graduado (como uma minoria entende), ou, cf. AUJ n.º 1/2014, reclamado ou relacionado, a competência não tem de ser do Juízo ou Secção de Comércio.

### **Síntese conclusiva:**

1. Todos os casos de ‘acções’ que não sejam similares ao do AUJ devem ser objecto de análise e ponderação casuística;
2. Só se deve aplicar o AUJ quando, no mínimo, tal fizer sentido (jurídico), e/ou não se comprometer os direitos do credor.

---

<sup>141</sup> Sumariada pelo Exmo. Conselheiro Relator Pedro Lima Gonçalves, e disponível in [https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/Civel\\_2017\\_10.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/Civel_2017_10.pdf).

## § 12.º – Execuções

No caso das execuções existe norma específica – o art. 88.º do CIRE –, quer para as pendentes como a instaurar.

O CIRE não tem norma igual quanto às Acções Declarativas, e aquele não é aplicável às mesmas.

De acordo com o referido art. 88.º, a Declaração de Insolvência obsta à interposição ou decorrer de qualquer execução instaurada por credores da insolvência, pelo que, as questões de (in)competência quase não se colocam. As execuções que, por pendentes, são suspensas – n.º 1 –, logo após o encerramento do processo podem, em princípio<sup>142</sup>, prosseguir, e nos mesmos Tribunais em que corriam, ou seja, nos (inicialmente) competentes. Por interpretação *a contrario* deste número, podem ser propostas Acções Declarativas e Providências Cautelares desde que não tenham natureza executiva. Segundo o n.º 2, as execuções de dívidas contra a Massa Insolvente, mesmo as executivas (quando admitidas), correm por apenso à insolvência, ou é extraído traslado do processado quanto ao Insolvente, logo, a competência é dos Juízos ou Secções de Comércio. E as execuções só se extinguem aquando do encerramento do Processo de Insolvência - cf. art. 88.º n.º 3 do CIRE.

Por argumento de maioria de razão, também as vulgarmente apelidadas acções para cobrança de dívidas ficam «de fora»<sup>143</sup> do âmbito de aplicação do AUJ.

---

<sup>142</sup> A não ser que tenham sido estabelecidas restrições no plano de insolvência ou de pagamento aos credores.

<sup>143</sup> Concordando, vide Catarina Serra, in *Lições de Direito da Insolvência*, ob. cit., págs. 198 e 199.

Por fim também é de referir que, quanto às acções pendentes e à sua eventual extinção, bem como quanto às acções a propor, a nomeação de Administrador Judicial Provisório no Processo Especial de Revitalização obsta à instauração de quaisquer acções para cobrança de dívidas contra a Pessoa Colectiva, e, durante o tempo em que perdurarem as negociações, suspende todas as acções pendentes com idêntica finalidade. As mesmas, constando da relação de créditos, extinguir-se-ão logo que seja aprovado e homologado plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação (cf. art. 17.º-E, n.º 1), ou seja, e realce-se, mesmos nestes casos a extinção das acções não é impreterível. Também os eventuais processos de insolvência se suspendem e extinguem nos mesmos termos (desde que, obviamente, ainda não tenha sido proferida Declaração de Insolvência).

**Síntese conclusiva:**

1. As execuções têm regime próprio – art. 86.º;
2. O AUJ também não é aplicável às acções para cobrança de dívidas.

### **§ 13.º – Acções contra a Massa Insolvente**

Quanto às acções de dívidas da Massa Insolvente, identificadas no art. 51.º, aplica-se um regime diverso, previsto no art. 89.º. Segundo o respectivo n.º 1, em princípio, e após um período de carência<sup>144</sup>, até podem ser propostas Acções Declarativas e Providências Cautelares sem natureza executiva. Segundo o n.º 2, as acções de dívidas contra a Massa Insolvente, mesmo as executivas – quando e depois de admitidas – correm por apenso ao processo de insolvência.

I.e., segundo o art. 89.º, só nos 3 meses após a Declaração de Insolvência é que não podem ser propostas novas execuções para pagamento de dívidas da Massa Insolvente (n.º 1), e as ‘acções’<sup>145</sup>, incluindo as executivas, relativas às dívidas daquela, correm por apenso aos autos de insolvência, exceptuando só as execuções por dívidas tributárias (n.º 2). Logo, é da competência dos Tribunais de Comércio o seu conhecimento e tramitação, cf. art. 89.º, n.º 2, da LOFTJ. Naturalmente, quase que também inexistem dúvidas de (in)competência<sup>146</sup>. Não obstante, e apesar de já não estarmos exactamente no âmbito do AUJ, este por vezes é aplicado, erradamente, a casos com base no art. 89.º.

#### **Síntese conclusiva:**

1. O AUJ não deve ser aplicado nos casos de ‘acções’ contra a Massa Insolvente, que têm um regime especial – art. 89.º –, que derroga o geral;
2. E a Jurisprudência também não o pode / deve substituir.

---

<sup>144</sup> Que constitui uma forma de tutela da Massa Insolvente.

<sup>145</sup> Relembre-se, que não abrangem, ou não deviam abranger, Providências ou Procedimentos Cautelares.

<sup>146</sup> Cf., entre outros, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Ana Prata, Jorge Morais Carvalho, e Rui Simões, 2013, Coimbra, Edições Almedina, S.A., Setembro, 2013, págs. 269 a 271 inclusive.



## CONCLUSÕES

No início deste estudo referiu-se que o intuito era analisar a competência material quanto às ‘acções’ pendentes e interpostas após Declaração de Insolvência tendo por base o AUJ n.º 1/2014. Assim, as conclusões que se irão referir são as que surgem estritamente à luz de tal Acórdão, e tão só, ou seja, não pretendemos dizer que se concluiria da mesma forma caso se tivesse em consideração outros elementos, e.g.: a unidade do regime insolvencial; ou a aplicação subsidiária dos preceitos do CIRE, e assim consecutivamente. O que pretendemos afirmar – e afirmamos –, é que não basta à nossa Jurisprudência referir que “*valem as razões justificativas do AUJ*” para, sem mais, se considerar que uma lide pendente é inútil, ‘remetendo’ as partes para o Tribunal de Comércio, ou que uma ‘acção’ proposta após declaração de insolvência noutro Tribunal deve findar de imediato com absolvição da instância do réu ou ser indeferida liminarmente, por se entender que o Tribunal competente é o de Comércio. Não. É preciso justificar mais. Não justificando:

1. O AUJ incidiu sobre as acções pendentes que, *a contrario* do art. 85.º n.º 1 do CIRE, não são apensas aos autos de insolvência;
2. Tendo por base o AUJ, o art. 81.º, e o supra referido preceito, tem a Doutrina considerado que as acções a que aí se faz referência são as declarativas;
3. O AUJ é aplicável se o reconhecimento do crédito petitionado também tiver sido reclamado ou relacionado pelo Administrador de Insolvência nos correspectivos autos;
4. Daí decorre a alteração da competência material: a competência do Tribunal de Comércio derroga a competência dos outros Tribunais, e o Juiz da Insolvência passa a ter competência material superveniente para julgar os respectivos litígios;

5. As execuções têm regime próprio – art. 86.º;
6. O AUJ também não é aplicável às acções para cobrança de dívidas;
7. Os Procedimentos Cautelares e os Pedidos de Indemnização Civil não são acções declarativas;
8. Contudo, quer no art. 85.º como no art. 89º onde se lê ‘acções’ deve considerar-se também as acções de natureza cautelar, e assim, o Tribunal de Comércio deverá ser o competente no caso das Providências;
9. Noutro tipo de ‘acções’, sobretudo não similares à do AUJ, impõe-se uma análise casuística, não bastando assim consagrar na fundamentação das Decisões que valem as razões justificativas daquele;
10. Aliás, até existem ‘acções’ em que não faz sentido aplicar o AUJ, como na acção subrogatória proposta por credor do repudiante insolvente – cf. art. 1041.º do NCPC;
11. E outras que, mesmo sendo laborais, não caem na sua ‘alçada’, e.g., as acções emergentes de acidente de trabalho / doença profissional;
12. Os conflitos de competência poderão dirimir-se através do AUJ n.º 1/2014 quando estejam em causa acções de direito privado, e no âmbito da responsabilidade contratual, civil ou laboral, mas não da delitual/aquiliana;
13. Às ‘acções’ contra a Massa Insolvente não é aplicável o AUJ, mas sim o art. 89.º;
14. A exaustiva enunciação das acções que competem ao Tribunal de competência especializada de Comércio não permite, ou pelo menos não aconselha, a consideração de outras – cf. art. 128.º n.º 1 da LOSJ;

15. O n.º 3 já prevê a extensão da competência aos incidentes e apensos;
16. Quer na LOSJ como no CIRE inexistente norma que preveja de quem é a competência e o que sucede às acções pendentes que não sejam apensas aos autos aquando de uma Declaração de Insolvência;
17. Assim estas têm sido, na sua grande maioria, consideradas supervenientemente inúteis, levando a extinções da instância, e alteração do Tribunal inicialmente competente, cf. AUJ e art. 277º, al. e), do NCPC;
18. *A contrario*, e só e.g., as acções arbitrais pendentes prosseguem, não existindo apensação e alteração do Tribunal competente, atenta a sua natureza – cf. art. 87.º CIRE;
19. O mesmo se dizendo, *mutatis mutandis*, quanto às acções de impugnação pauliana, atento o disposto no n.º 2 do art. 127.º do CIRE;
20. Nas interpostas *ex novo* sem ser no Tribunal de Comércio, ou os réus são absolvidos da instância, ou as acções são de imediato indeferidas em despacho liminar (quando o processo o comportar), por se entender que o Tribunal competente é o de Comércio – nos termos do art. 99.º n.º 1 do NCPC;
21. E assim, como começámos, perguntando, finalizamos, respondendo: de todo o exposto decorre uma ainda maior e efectiva extensão da competência material do Tribunal de Comércio, que absorve as competências materiais de outros Tribunais, nas ‘acções’ pendentes e propostas após Declaração de Insolvência, nos casos mencionados;
22. Em virtude de se aplicar: ou precisamente; ou nalguns casos de forma isolada, incorrectamente; ou mesmo inexactamente, o Acórdão Uniformizador n.º 1/2014, de 08/05/2013, tudo conforme vimos.

## **Bibliografia**

(Obras referidas na Dissertação;  
Manuscritas, Impressas, e *Ciber Bibliografia*)

ALEXANDRE, Isabel, *Efeitos Processuais da Abertura do Processo de Revitalização, II Congresso de Direito da Insolvência*, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Fevereiro, 2014;

ALMEIDA, António Pereira de, *Efeitos do processo de insolvência nas ações declarativas*, Revista de Direito Comercial, Estatuto e Projeto Editorial 01/03/2017, Edição de 2017, Lisboa, Publicação *online* diária [www.revistadedireitocomercial.com](http://www.revistadedireitocomercial.com), 2017;

ALVES, Lurdes Dias, *OS EFEITOS JURÍDICOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA*, Lisboa : Quorum, Novembro, 2014;

BAPTISTA, Albino Mendes, *A reforma dos recursos e o processo do trabalho*, Revista do Ministério Público, Ano 29, n.º 113, Lisboa : Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Janeiro-Março, 2008;

BOTELHO, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Notas de Jurisprudência*, Trofa : NOVACAUSA – EDIÇÕES JURÍDICAS, Setembro, 2013;

CANOTILHO, Joaquim José Gomes e / MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2.ª Edição Revista e Ampliada, 1.º Volume, Coimbra : Coimbra Editora, 1984;

CASANOVA, Nuno Salazar e / DINIS, David Sequeira, *PER, O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, 1.ª Edição, Coimbra : Coimbra Editora, Março, 2014;

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do «juiz natural»*, Revista de Legislação e de Jurisprudência, 111.º Ano, 1978-1979, N.ºs 3610-3633, Coimbra : Coimbra Editora, 1979;

DOMINGOS, Maria Adelaide, *Efeitos Processuais da Declaração de Insolvência sobre as Acções Laborais Pendentes*, in *Memórias do IX e X Congressos Nacionais de Direito do*

*Trabalho*, Instituto Lusíada de Direito do Trabalho, Coimbra : Almedina, Novembro, 2007;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 7.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Janeiro, 2019;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário e / BRANCO, José Manuel, *Revista de Direito da Insolvência* n.º 1, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2017;

– *Revista de Direito da Insolvência* n.º 2, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2018;

FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de, *Indemnização por Perdas e Danos arbitrada em Processo Penal – O chamado Processo de Adesão*, Coimbra : Livraria Almedina, 1978;

FERNANDES, Luís Alberto Carvalho e / LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Edição de 2009, Reimpressão, Lisboa : Quid Juris, Setembro, 2009;

– (apud) *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa : Quid Iuris, 2013 – Obra consultada, Junho, 2015;

GERALDES, António Santos Abrantes, *Recursos em Processo Civil – Novo Regime – Decreto-Lei n.º 303/07, de 24 de Agosto*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, Setembro, 2008;

– *Recursos em Processo Civil – Novo Regime*, 3.<sup>a</sup> Edição Revista e Actualizada, 2010, Inclui Recursos no Processo do Trabalho – Novo Regime - Decreto-Lei n.º 295/09, de 13 de Outubro, Coimbra : Almedina, Abril, 2010;

– *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, Abril, 2014;

HOMEM, António Pedro Barbas, *A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Nota Introdutória, em *Os direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça – Acórdãos seleccionados*, e-book, Lisboa : CEJ, Outubro, 2014;

– *Estado de Direito e Direitos Fundamentais: A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Caderno Especial, Intervenções do Director do CEJ (2011-2015), e-book, Lisboa : Assembleia da República / CEJ, Julho, 2015;

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito da Insolvência*, Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Junho, 2017;

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 7.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, Maio, 2013;

- *Direito da Insolvência*, 8.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Junho, 2018;
- *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Julho, 2018;
- *A Recuperação Económica dos Devedores, RERE, PER, PEAP, PLANO DE INSOLVÊNCIA, PLANO DE PAGAMENTOS E EXONERAÇÃO DO PASSIVO RESTANTE*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Janeiro, 2019;
- MARTINS, Alexandre de Soveral, (apud) *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, 2016 – Obra consultada, Fevereiro, 2015;
- *Estudos de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição, Edições Almedina, S.A., Outubro, 2018;
- NETO, Abílio, *Novo Código de Processo Civil Anotado*, 2.<sup>a</sup> Edição Revista e Ampliada, Lisboa : Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Janeiro, 2014;
- OLIVEIRA, Artur Dionísio de, *Os efeitos externos da insolvência, As acções pendentes contra o Insolvente*, in <https://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?id=3624>, (29/06/2009), texto que actualiza o anteriormente publicado na *Julgar*, n.º 9, Revista online e em papel, da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Lisboa : Almedina, Setembro-Dezembro, 2009;
- *Os efeitos processuais do PER e os créditos litigiosos, III Congresso de Direito da Insolvência*, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Dezembro, 2015;
- PEDROSO, João / TRINCÃO, Catarina e / DIAS, João Paulo, *E a justiça aqui tão perto? As transformações no acesso ao direito e à justiça*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, Coimbra : Centro de Estudos Sociais, Maio, 2003;
- PINTO, Rui Carlos Gonçalves, *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas Questões*, em *As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1.<sup>a</sup> Edição, 1.º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil, Comissão Científica: SOUSA, Miguel Teixeira de / SILVA, Paula Costa e / PINTO, Rui (Coordenador-Executivo), FDUL, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2010;

PRATA, Ana / CARVALHO, Jorge Morais e / SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2013, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2013;

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, Volume I 1948, Volume II 1949, Volume III 1950, Volume IV 1951, Volume V 1952, Volume VI 1953, Reimpressão 1980/1981, Coimbra : Coimbra Editora, 1980/1981;

– *Processos Especiais*, Volume II: 1955 – Reimpressão 1982, Coimbra : Coimbra Editora, 1982;

RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro e / WAISBERG, Ivo, *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em Homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*, 1.<sup>a</sup> Edição, São Paulo : Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2017, ISBN 978-85-69419-24-2;

RIBEIRO, Maria de Fátima, *Um confronto entre a resolução em benefício da massa insolvente e a impugnação pauliana*, IV Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2017;

SAPATEIRO, José Eduardo, *O regime de recursos do Código do Processo do Trabalho e o Novo Código de Processo Civil, O Novo Processo Civil, Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho*, Caderno Especial, Caderno IV, 2.<sup>a</sup> Edição, *O Novo Processo Civil*, Lisboa : CEJ, Junho, 2014;

SERRA, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2018;

– *Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2018;

SOUSA, Miguel Teixeira de, *Estudos sobre o novo Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa : Lex, 1997;

– Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1453/13.2TBFIG-B.C1.S1, de 02/06/2015, na Secção de Jurisprudência (171) do Blog do Instituto Português de Processo Civil.

## ÍNDICE

<b>§ 1.º – Introdução</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – NOÇÕES E QUESTÕES</b>	<b>9</b>
<b>§ 2.º – Razão de Ser</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO II – PARTE GERAL</b>	<b>16</b>
<b>§ 3.º – Acórdão Uniformizador n.º 1/2014, de 08/05/2013</b>	<b>16</b>
<b>§ 4.º – Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 46/2014, de 09/01</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO III – PARTE ESPECIAL</b>	<b>29</b>
<b>§ 5.º – Insolvências Transfronteiriças</b>	<b>29</b>
<b>§ 6.º – Eventual Jurisdição Administrativa</b>	<b>34</b>
<b>§ 7.º – Providências Cautelares</b>	<b>39</b>
<b>§ 8.º – Incompetência do Tribunal de Comércio</b>	<b>50</b>
<b>I – Responsabilização do Administrador da Insolvência</b>	<b>50</b>
<b>II – Incumprimento de Plano de Recuperação</b>	<b>54</b>
<b>§ 9.º – Pedidos de Indemnização Civil</b>	<b>60</b>
<b>§ 10.º – Acções no CIRE a que não se aplica o AUJ</b>	<b>66</b>
<b>§ 11.º – Outras Acções a que não se aplica o AUJ</b>	<b>68</b>
<b>§ 12.º – Execuções</b>	<b>69</b>
<b>§ 13.º – Acções contra a Massa Insolvente</b>	<b>71</b>
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>72</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS DOCUMENTAIS</b>	



## **ANEXOS DOCUMENTAIS**

### **Acórdãos**

(principais, enumerados infra, e entregues em suporte digital;  
restantes, devidamente identificados e com hiperligação ou menção a *site* de consulta)

### **Principais Obras**

(constantes da Bibliografia – referidas na Dissertação –, e/ou Consultadas)

Manuscritas, Impressas, e *Ciber* Bibliografia

## Acórdãos

**I. Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 1/2014, de 08/05/2013**

Fernandes da Silva (Conselheiro/a Relator/a)

Diário da República, Série I — N.º 39 — 25 de fevereiro de 2014

Texto Integral: [Diário da República](#) / [BTE](#) / [Bases de Dados Jurídicas](#)

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/02/03900/0164201650.pdf>

**II. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 46/2014, de 09/01/2014**

Fernando Vaz Ventura (Conselheiro/a Relator/a)

Diário da República, Série II — N.º 29 — 11 de fevereiro de 2014

Texto Integral: <a href="#">46/14</a>	<a href="#">564/13</a>	<a href="#">2ª Secção</a>	<a href="#">Recurso</a>	<a href="#">09.01.2014</a>	<a href="#">Cons. F.V.V.</a>
---------------------------------------	------------------------	---------------------------	-------------------------	----------------------------	------------------------------

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20140046.html>

**III. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2153/08.0TVLSB.L1.S1, de 12/07/2018**

Maria da Graça Trigo (Conselheiro/a Relator/a)

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/258bb8d4bcec7f32802582c80045217d?OpenDocument>

**IV. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 197/14.2TTALM.L1.S1, de 15/04/2015**

Fernandes da Silva (Conselheiro/a Relator/a)

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7179b30c2a5fb01380257e300037c2b0?OpenDocument&Highlight=0,197%2F14.2TTALM.L1.S1>

- V. **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 25795/15.3T8LSB.L1.S2, de 13/03/2018**  
Cabral Tavares (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c98b326a8d36c85e8025824f005632e9?OpenDocument>
- VI. **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 18364/16.2T8LSB-A.L1.S2, de 06/11/2018**  
Pedro Lima Gonçalves (Conselheiro/a Relator/a)  
[https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2019/02/sum\\_acor\\_civel\\_novembro\\_2018.pdf](https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2019/02/sum_acor_civel_novembro_2018.pdf)
- VII. **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 18366/16.9TBLSB,L2-A.S2, de 29/01/2019**  
Fonseca Ramos (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/428b47a41a71b4c480258391004f8b67?OpenDocument>
- VIII. **Acórdão do Supremo de Tribunal de Justiça n.º 70/13.1TYLSB-E.L1.S1, de 08/03/2018**  
Maria Olinda Garcia (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9689b1ac8238a3758025824a005c1b3a?OpenDocument&Highlight=0,70%2F13.1TYLSB-E.L1.S1>
- IX. **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 5874/15.8T8LSB.L1-A.S1, de 01/06/2017**  
Abrantes Geraldês (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/213dfd297a5729a380258133002fa8b1?OpenDocument&Highlight=0,5874%2F15>

- X. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 100/12.4EALSB.G1-A.S1, de 17/05/2017**  
Gabriel Catarino (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/ffb5f6eaabe4affc802581250050832e?OpenDocument>
- XI. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 100/12.4EALSB.G1-A.S1, de 26/09/2018**  
Helena Moniz (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c73df802c6ae2b2e8025831900354e8c?OpenDocument>
- XII. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1182/14.0T2AVR-H.P1 de 04/04/2017**  
Fonseca Ramos (Conselheiro/a Relator/a)  
<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/bb7746491eae11d4802580f900361f82?OpenDocument>

## Principais Obras

(Livros, Artigos, Revistas, Monografias)

ALEXANDRE, Isabel, *Efeitos Processuais da Abertura do Processo de Revitalização, II Congresso de Direito da Insolvência*, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Fevereiro, 2014;

ALMEIDA, António Pereira de, *Efeitos do processo de insolvência nas ações declarativas*, Revista de Direito Comercial, Estatuto e Projeto Editorial 01/03/2017, Edição de 2017, Lisboa, Publicação online diária [www.revistadedireitocomercial.com](http://www.revistadedireitocomercial.com), 2017;

ALVES, Lurdes Dias, *OS EFEITOS JURÍDICOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA*, Lisboa : Quorum, Novembro, 2014;

ANDRADE, Manuel de, *Teoria Geral da Relação Jurídica, Facto Jurídico, em especial Negócio Jurídico*, Volume II, reimpressão, Coimbra : Almedina, 1992;

ANDRÉ, Adélio Pereira, *Defesa dos Direitos e Acesso aos Tribunais*, Lisboa : Livros Horizonte, 1980;

BAPTISTA, Albino Mendes, *A reforma dos recursos e o processo do trabalho*, Revista do Ministério Público, Ano 29, n.º 113, Lisboa : Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Janeiro-Março, 2008;

BELEZA, Maria dos Prazeres Pizarro, *Notas sobre o novo regime dos recursos no Código de Processo Civil*, Caderno I, 2.ª Edição, Caderno Especial, *O Novo Processo Civil, Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Lisboa : CEJ, Dezembro, 2013;

BORGES, Hermenegildo Ferreira, *Natureza e Função da Retórica Jurídica*, in Colecção de Formação Contínua, *Comunicar a Justiça Retórica e Argumentação*, Plano de Formação Contínua de 2012-2013, e-book, Lisboa : CEJ, Novembro, 2013;

BOTELHO, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Notas de Jurisprudência*, Trofa : NOVACAUSA – EDIÇÕES JURÍDICAS, Setembro, 2013;

BRITO, Miguel Nogueira de, O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E A NOVA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, Julgar, n.º 20, Revista *online* e em papel, Coimbra : Associação Sindical dos Juízes Portugueses, Maio-Agosto, 2013;

CÂMARA, Carla Inês Brás, *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de 2007*, em *As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1.ª Edição, 1.º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil, Comissão Científica: SOUSA, Miguel Teixeira de / SILVA, Paula Costa e / PINTO, Rui (Coordenador-Executivo), FDUL, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2010;

CANOTILHO, Joaquim José Gomes e / MOREIRA, Vital, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 2.ª Edição Revista e Ampliada, 1.º Volume, Coimbra : Coimbra Editora, 1984;

CARMO, Rui do, *Concisão, Compreensibilidade, Segurança e Rigor Jurídico – Ingredientes da Linguagem Judiciária*, in *O Discurso Judiciário, A Comunicação e A Justiça*, Conselho Superior da Magistratura, V Encontro Anual, Coimbra : Coimbra Editora, Setembro, 2008, ou in *Revista do Ministério Público* N.º 115, Ano 29, Direcção CARMO, Rui do, Lisboa : Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Julho-Setembro, 2008;

– *Comunicar com clareza e rigor. Informar respeitando os direitos pessoais – sublinhando alguns aspetos da atividade do Ministério Público*, in *Colecção de Formação Contínua, Comunicar a Justiça Retórica e Argumentação*, Plano de Formação Contínua de 2012-2013, *e-book*, Lisboa : CEJ, Novembro, 2013;

CARVALHO, Henrique, *Temas da Reforma do Processo Civil de 2013 (Normas Inovadoras e Direito Transitório)*, tertúlia subordinada ao tema: *A Acção Executiva no Novo Código de Processo Civil: Questões Práticas e Direito Transitório*, Outubro, 2013, in [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/fich-pdf/A\\_Acao\\_Executiva\\_no\\_Novo\\_Codigo\\_de\\_Processo\\_Civil.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/fich-pdf/A_Acao_Executiva_no_Novo_Codigo_de_Processo_Civil.pdf);

CASANOVA, Nuno Salazar e / DINIS, David Sequeira, *PER, O PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, 1.ª Edição, Coimbra : Coimbra Editora, Março, 2014;

CASTRO, Artur Anselmo de, *Direito Processual Civil Declaratório*, 1.ª Edição, Coimbra : Coimbra Editora, 1981/1982;

COUTURE, Eduardo, *Os Dez Mandamentos do Advogado*, in [www.gioloesantinadvogados.com](http://www.gioloesantinadvogados.com);

DIAS, João Paulo, *O acesso ao direito e à justiça laboral: Que papel para o Ministério Público?*, in *Coleção de Formação Inicial, Funções do Ministério Público na Jurisdição Laboral e patrocínio dos trabalhadores noutras jurisdições*, Jurisdição do Trabalho e da Empresa, Lisboa : CEJ, Fevereiro, 2015;

DIAS, João Paulo e / ALMEIDA, Jorge, *Efectividade da independência e/ou autonomia do poder judicial em Portugal: reflexões sobre condições externas e internas, Ética e Deontologia Judiciária – Coletânea de Textos*, Tomo II, Caderno Especial, e-book, Lisboa : CEJ, 2014;

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do «juiz natural»*, *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, 111.º Ano, 1978-1979, N.ºs 3610-3633, Coimbra : Coimbra Editora, 1979;

DOMINGOS, Maria Adelaide, *Efeitos Processuais da Declaração de Insolvência sobre as Acções Laborais Pendentes*, in *Memórias do IX e X Congressos Nacionais de Direito do Trabalho*, Instituto Lusíada de Direito do Trabalho, Coimbra : Almedina, Novembro, 2007;

DWORKIN, Ronald, *O Império do Direito*, 2.ª Edição, São Paulo : Martins Fontes, 2007;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 7.ª Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Janeiro, 2019;

EPIFÂNIO, Maria do Rosário e / BRANCO, José Manuel, *Revista de Direito da Insolvência n.º 1*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2017;

– *Revista de Direito da Insolvência n.º 2*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2018;

FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de, *Indemnização por Perdas e Danos arbitrada em Processo Penal – O chamado Processo de Adesão*, Coimbra : Livraria Almedina, 1978;

FERNANDES, Luís Alberto Carvalho e / LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Edição de 2009, Reimpressão, Lisboa : *Quid Iuris*, Setembro, 2009;

– (*apud*) *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa : *Quid Iuris*, 2013 – Obra consultada, Junho, 2015;

FERREIRA, J. O. Cardona, *Guia de Recursos em Processo Civil, actualizado à luz do CPC de 2013*, 6.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Coimbra Editora, Agosto, 2014;

FREITAS, José Lebre de e / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil Anotado – Volume 1.<sup>o</sup>, Artigos 1.<sup>o</sup> a 361.<sup>o</sup>*, 3.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2014;

FREITAS, José Lebre de e / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil Anotado, Volume 3.<sup>o</sup>, Artigos 676.<sup>o</sup> a 943.<sup>o</sup>*, Coimbra : Coimbra Editora, 2003;

– *Código de Processo Civil Anotado, Volume 3.<sup>o</sup>*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Coimbra Editora, 2008;

GALLARDO, Angel Ossorio Y, *Decálogo*, disponível in <http://ritinhabem.blogspot.com/>;

GEMAS, Laurinda, *O novo CPC e as normas transitórias constantes da Lei n.º 41/2013, de 26/06*, Caderno I, 2.<sup>a</sup> Edição, Caderno Especial, *O Novo Processo Civil, Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Lisboa : CEJ, Dezembro, 2013;

GERALDES, António Santos Abrantes, *Recursos em Processo Civil – Novo Regime – Decreto-Lei n.º 303/07, de 24 de Agosto*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, Setembro, 2008;

– *Recursos em Processo Civil – Novo Regime*, 3.<sup>a</sup> Edição Revista e Actualizada, 2010, *Inclui Recursos no Processo do Trabalho – Novo Regime - Decreto-Lei n.º 295/09, de 13 de Outubro*, 3.<sup>a</sup> Edição Revista e Actualizada, Coimbra : Almedina, Abril, 2010;

– *O novo Processo Declarativo*, Caderno II, Versão Inicial, 04/11/2013, Caderno Especial, *O Novo Processo Civil, Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil, designadamente à Luz do Anteprojecto e da Proposta de Lei n.º 113/XII*, Lisboa : CEJ, Novembro, 2013;

– *Recursos no Novo Código de Processo Civil*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, Abril, 2014;

– *Nótula sobre a Jurisdição Cível*, Caderno Especial, Caderno V, Versão Inicial 31/08/2015, Versão 1, 20/10/2015, *O Novo Processo Civil, Textos e Jurisprudência*



*(Jornadas de Processo Civil – Janeiro 2014 e Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o Novo CPC)*, Lisboa : CEJ, Setembro, 2015, e Outubro, 2015, respectivamente;

GOMES, Manuel Tomé Soares, *Decisões Judiciais: simplificar a escrita, comunicar melhor, ganhar eficácia*, in Coleção de Formação Contínua, *Comunicar a Justiça Retórica e Argumentação*, Plano de Formação Contínua de 2012-2013, e-book, Lisboa : CEJ, Novembro, 2013;

– *Sentença Cível*, Caderno Especial, Caderno V, Versão Inicial 31/08/2015, Versão 1, 20/10/2015, *O Novo Processo Civil, Textos e Jurisprudência (Jornadas de Processo Civil – Janeiro 2014 e Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o Novo CPC)*, Lisboa : CEJ, Setembro, 2015, e Outubro, 2015, respectivamente;

GUILLEMMAIN, Bernard, *Raison et Rhétorique*, Revue de L'Enseignement Philosophique, Paris : Bulletin de L'Association des Professeurs de Philosophie de L'Enseignement Public, Février/Mars, 1960;

HABERMAS, Jürgen, *Droit et Démocratie. Entre faits et normes*, Paris : Gallimard, nrf essais, 1997;

HOMEM, António Pedro Barbas, – *Ética e deontologia judiciária – fontes nacionais, internacionais e códigos de conduta*, Prefácio: *Formação Ética do Magistrado*, e-book, Tomo I, Lisboa : CEJ, Maio, 2014;

– *A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Nota Introdutória, em *Os direitos fundamentais na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça – Acórdãos selecionados*, e-book, Lisboa : CEJ, Outubro, 2014;

– *Estado de Direito e Direitos Fundamentais: A Concretização dos Direitos Fundamentais pelos Tribunais*, Caderno Especial, Intervenções do Director do CEJ (2011-2015), e-book, Lisboa : Assembleia da República / CEJ, Julho, 2015;

LAMEIRAS, Luís, *A marcha dos Recursos Ordinários*, em *As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1.<sup>a</sup> Edição, 1.<sup>o</sup> Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil, Comissão Científica: SOUSA, Miguel Teixeira de / SILVA, Paula Costa e / PINTO, Rui (Coordenador-Executivo), FDUL, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2010;

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito da Insolvência*, Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Junho, 2017;

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 7.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, Maio, 2013;

– *Direito da Insolvência*, 8.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Junho, 2018;

– *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 10.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Julho, 2018;

– *A Recuperação Económica dos Devedores, RERE, PER, PEAP, PLANO DE INSOLVÊNCIA, PLANO DE PAGAMENTOS E EXONERAÇÃO DO PASSIVO RESTANTE*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Janeiro, 2019;

MARTINS, Alexandre de Soveral, (apud) *Um Curso de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Almedina, 2016 – Obra consultada, Fevereiro, 2015;

– *Estudos de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição, Edições Almedina, S.A., Outubro, 2018;

MENDES, Armindo Ribeiro, *Do Dualismo ao Monismo – A Eliminação dos Recursos de Agravo na Reforma de 2007, As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1.<sup>a</sup> Edição, 1.º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil, Comissão Científica: SOUSA, Miguel Teixeira de / SILVA, Paula Costa e / PINTO, Rui (Coordenador-Executivo), FDUL, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2010;

– *A Regulamentação dos Recursos no Futuro Código de Processo Civil*, Caderno I, 2.<sup>a</sup> Edição, Caderno Especial, *O Novo Processo Civil, Contributos da Doutrina para a compreensão do Novo Código de Processo Civil*, Lisboa : CEJ, Dezembro, 2013;

MENDES, João de Castro, *Teoria Geral do Direito Civil*, colaboração MENDES, Armindo Ribeiro, Volume II, Lisboa : Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1995;

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondatt, *O Espírito das Leis*, in: file:///Lenin/Rede Local/Equipe/Michele/MONTESQUIEU - O Espírito das Leis2.txt, Junho, 2001;

NETO, Abílio, *Código de Processo Civil Anotado*, 18.<sup>a</sup> Edição Actualizada, Lisboa : Ediforum, Edições Jurídicas, Lda., Setembro, 2004;

- *Novo Código de Processo Civil Anotado*, 2.<sup>a</sup> Edição Revista e Ampliada, Lisboa : Ediforum Edições Jurídicas, Lda., Janeiro, 2014;
- OLIVEIRA, Artur Dionísio de, *Os efeitos externos da insolvência, As acções pendentes contra o Insolvente*, in <https://elearning.cej.mj.pt/mod/resource/view.php?id=3624>, (29/06/2009), texto que actualiza o anteriormente publicado na *Julgar*, n.º 9, Revista online e em papel, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Lisboa : Almedina, Setembro-Dezembro, 2009;
- *Os efeitos processuais do PER e os créditos litigiosos*, III Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Dezembro, 2015;
- PEDROSO, João / TRINCÃO, Catarina e / DIAS, João Paulo e Almeida, *E a justiça aqui tão perto? As transformações no acesso ao direito e à justiça*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, Coimbra : Centro de Estudos Sociais, Maio, 2003;
- PINTO, Rui Carlos Gonçalves, *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas Questões*, em *As Recentes Reformas na Acção Executiva e nos Recursos*, 1.<sup>a</sup> Edição, 1.º Curso Pós-Graduado em Direito Processual Civil, Comissão Científica: SOUSA, Miguel Teixeira de / SILVA, Paula Costa e / PINTO, Rui (Coordenador-Executivo), FDUL, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, CEJ, Wolters Kluwer Portugal, Coimbra : Coimbra Editora, Outubro, 2010;
- *Notas ao Código de Processo Civil, Volume II, Artigos 546.º a 1085.º*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra : Coimbra Editora, Novembro, 2015;
- PRATA, Ana / CARVALHO, Jorge Morais e / SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2013, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2013;
- RADBRUCH, Gustav, *Cinco Minutos de Filosofia do Direito*, Heidelberg, disponível para consulta in [www.maltez.info/](http://www.maltez.info/), 1945;
- REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, Volume I 1948, Volume II 1949, Volume III 1950, Volume IV 1951, Volume V 1952, Volume VI 1953, Reimpressão 1980/1981, Coimbra : Coimbra Editora, 1980/1981;

- *Processos Especiais*, Volume II: 1955 – Reimpressão 1982, Coimbra : Coimbra Editora, 1982;
- REIS, Viriato, e / RAVARA, Diogo, *A Ação especial de Impugnação da Regularidade e da Licitude do Despedimento: questões práticas no contexto do novo Código de Processo Civil*, in Coleção de Formação Inicial, *A Ação de Impugnação da Regularidade e da Licitude do Despedimento*, Jurisdição do Trabalho e da Empresa, Lisboa : CEJ, Abril, 2015;
- RIBEIRO, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro e / WAISBERG, Ivo, *Temas de Direito da Insolvência – Estudos em Homenagem ao Professor Manoel Justino Bezerra Filho*, 1.<sup>a</sup> Edição, São Paulo : Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2017, ISBN 978-85-69419-24-2;
- RIBEIRO, Maria de Fátima, *Um confronto entre a resolução em benefício da massa insolvente e a impugnação pauliana*, IV Congresso de Direito da Insolvência, Coordenação Catarina Serra, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2017;
- SANTOS, Boaventura Sousa, *O Discurso e o Poder, Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra : Gráfica de Coimbra, 1980;
- *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto : Edições Afrontamento, 1994;
- *Para uma revolução Democrática da Justiça*, São Paulo : Cortez Editora, 2007;
- SANTOS, José Beleza dos, *A Simulação em Direito Civil*, Volume 1, Coimbra, Coimbra : Editora, 1921;
- SAPATEIRO, José Eduardo, *O regime de recursos do Código do Processo do Trabalho e o Novo Código de Processo Civil, O Novo Processo Civil, Impactos do Novo CPC no Processo do Trabalho*, Caderno Especial, Caderno IV, 2.<sup>a</sup> Edição, *O Novo Processo Civil*, Lisboa : CEJ, Junho, 2014;
- SERRA, Catarina, *Lições de Direito da Insolvência*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Abril, 2018;
- *Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica*, Coimbra : Edições Almedina, S.A., Setembro, 2018;
- SILVA, Agostinho da, *Diário de Alcestres*, Lisboa : Ulmeiro, 1990;

SOUSA, Cláudia Maria Monteiro Gomes de, A fraude à lei e o despedimento colectivo na transmissão da unidade económica, in Colecção de Formação Inicial, Transmissão de Estabelecimento, Lisboa : CEJ, Setembro, 2014;

SOUSA, Miguel Teixeira de, Estudos sobre o novo Processo Civil, 2.ª Edição, Lisboa : Lex, 1997;

– Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1453/13.2TBFIG-B.C1.S1, de 02/06/2015, na Secção de Jurisprudência (171) do Blog do Instituto Português de Processo Civil;

VARELA, João de Matos Antunes / BEZERRA, José Miguel e / NORA, Sampaio e, Manual de Processo Civil, 2.ª Edição, Revista e Actualizada, de acordo com o Dec.-Lei 242/85, Coimbra : Coimbra Editora, 1985;

VASCONCELOS, Pedro Pais de, Contratos Atípicos, Dissertação de Doutoramento, Coimbra: Almedina, 1995.

#### *E-Books*

(tudo disponível in [www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt))

A ACÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DA REGULARIDADE E LICITUDE DO DESPEDIMENTO, Coleção de Formação Inicial, Jurisdição do Trabalho e da Empresa, Lisboa : CEJ, Abril, 2015;

INSOLVÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS DA SUA DECLARAÇÃO, Coleção Ações de Formação, Coleção de Formação Contínua, Lisboa : CEJ, 2013;

INSOLVÊNCIA E PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO, Coleção de Formação Contínua, Jurisdição Civil, 1.ª Edição, 06/03/2017, Lisboa : CEJ, Março, 2017;

O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA – PRONTUÁRIO DE DECISÕES JUDICIAIS E PREÇAS PROCESSUAIS DO MINSITÉRIO PÚBLICO – VOLUME I, Caderno Especial, Versão Inicial 20/07/2017, Lisboa : CEJ, Julho, 2016;

O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA – PRONTUÁRIO DE DECISÕES JUDICIAIS E PREÇAS PROCESSUAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VOLUME II, Caderno Especial, Versão Inicial 20/07/2017, Lisboa : CEJ, Julho, 2016;

PROCESSO DE INSOLVÊNCIA E ACÇÕES CONEXAS, Coleção de Formação Contínua, Lisboa : CEJ, Dezembro, 2014;

PROCESSO ESPECIAL DE REVITALIZAÇÃO – PRONTUÁRIO DE DECISÕES JUDICIAIS, Caderno Especial, Lisboa : CEJ, Dezembro, 2015.